

**Ata da sessão ordinária realizada  
dia 30 de novembro de 2018**

Aos **trinta** dias do mês de **novembro**, do ano dois mil e dezoito, pelas **21 horas e quinze minutos**, reuniu-se a Assembleia Municipal de Almodôvar, em sessão **ordinária**, na sala das sessões, no edifício-sede dos Paços do Município, sob a Presidência de **Francisco Manuel Valadas Abreu**, secretariado por **Vítor Manuel Vilhena Saleiro**, como 1.º secretário e **Filipa Isabel Ribeiro de Sousa**, como 2.ª secretária, dando cumprimento ao preceituado no artigo 28.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

**Encontravam-se presentes na sessão os deputados:** -----

**Eleitos pelo PS:** Luís Carlos Piedade Martins, Alexandre Guerreiro Figueiredo, Maria Fernanda Belchior Caetano Guerreiro, Ana Maria Rodrigues Teixeira Ramos Barão, Maria Cristina Martins Brás Germano, António Manuel Horta Fontinha, Marília da Conceição Guerreiro, Manuel Barradas Dias, o Presidente da União de Freguesias de Almodôvar e Sr.ª da Graça de Padrões, Domingos Manuel Romba Guerreiro, o Presidente da União de Freguesias de Santa Clara-a-Nova e Gomes Aires, Dário Martins Guerreiro, o Presidente da Junta de Freguesia da Aldeia dos Fernandes, José Germano Silvestre, o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz, Eduardo José Dias Gonçalves, o Presidente da Junta de Freguesia do Rosário, Francisco Manuel Gonçalves da Luz e o Presidente de Junta de Freguesia de S. Barnabé, António Manuel Silva Amaro.-----

**Eleitos pelo PSD:** Jorge Francisco Marques, Andreia Calvário Graça Guerreiro, José Romba Guerreiro e Ana Isabel Teixeira Guerreiro. -----

**Faltaram à sessão** os deputados Cláudio José Balbina Viseu (PS) e Amândio José Rodrigues Pereira (PSD), por uma sessão, tendo sido substituídos nos termos do n.º 3 do artigo 18.º do Regimento, pelos deputados suplentes Manuel Barradas Dias (PS) e Ana Isabel Teixeira Guerreiro (PSD), respetivamente.-----

**A Mesa justificou a respetiva falta.** -----

Nos termos dos n.ºs 1 e 3 do artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, estiveram presentes nesta sessão para além do Presidente da Câmara António Manuel Ascensão Mestre Bota (PS), os Senhores Vereadores, João de Deus Lopes Pereira (PS), Ana Manuel Jesus Guerreiro Carmo (PS) e António José Messias do Rosário Sebastião (PSD). -----

**Faltou à sessão** a Senhora Vice-Presidente Lucinda Maria Marques Jorge (PS). -

**A - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO**, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1, do art.º 49º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação conjugado com o artigo 39º do Regimento: -----

**A.1.- Intervenção dos Municípios;** -----

**A.2.-** Esclarecimentos. -----

**B - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

**B.1** - Ausências, Suspensões, Renúncias de mandatos e respetivo preenchimento de vagas; -----

**B.2** - Votação da ata n.º 06, de 28 de setembro de 2018 (quadriênio 2017/2021); -----

**B.3** - Leitura de expediente; -----

**B.4** - Intervenções. -----

**C - PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

**C.1** - Apreciação e deliberação sobre as Grandes Opções do Plano e ao Orçamento para vigorar no ano de 2019; -----

**C.2** - Apreciação e deliberação sobre o Mapa de Pessoal para vigorar no ano de 2019; -----

**C.3** - Apreciação e deliberação sobre a Proposta referente à assunção de compromissos plurianuais — delegação de competências na Câmara, nos termos do disposto na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), alterada em anexo à Lei n.º 22/2015, de 17 de março e no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, alterada e republicada pelo Decreto-lei n.º 99/2015, de 2 de junho; -----

**C.4** - Apreciação e deliberação sobre a proposta do Senhor Presidente, com vista ao Reconhecimento de Interesse Público Municipal requerido pela empresa Africa Land, relativamente aos projetos Africa Safari Park e Africa Safari Lodge; -----

**C.5** - Apreciação e deliberação sobre a Proposta do Senhor Presidente relativa à abertura de Procedimento Concursal e Composição do Respetivo Júri para o Procedimento com vista ao recrutamento de um Dirigente de Direção Intermédia de 2.º Grau – Divisão de Obras, Serviços Urbanos e Gestão Territorial; -----

**C.6** - Apreciação e deliberação sobre o Projeto de Regulamento Municipal de Transporte Urbano de Passageiros; -----

**C.7** - Apreciação e deliberação sobre a Alteração ao Anexo I do Contrato de Concessão celebrado entre o Município e a EDP; -----

**C.8** - Conhecimento sobre a Atualização das Taxas e Outras Receitas Municipais constantes na tabela anexa ao Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais, para vigorar no ano económico de 2019; -----

**C.9** - Conhecimento do aditamento ao Contrato de Crédito celebrado com o Banco BPI, S.A.; -----

**C.10** - Conhecimento da Listagem dos Compromissos Plurianuais Assumidos, no âmbito da Autorização Prévia Genérica para assunção dos mesmos, nos termos do disposto na Lei n.º 8/2012, de 28 de fevereiro, na sua atual redação; -----

**C.11**- Apreciação da informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município, bem como da situação financeira, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e do artigo 37.º do Regimento; -----

**C.12** - Aprovação da ata em minuta. -----

**A - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO: -----**

Em cumprimento do determinado no n.º 1, do art.º 49.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugado com o artigo 39.º, do Regimento, a Assembleia fixou um período para intervenção do público, **que foi utilizado.** -----

O **Presidente da Assembleia** adiantou que embora nenhum munícipe se tenha inscrito nos termos regimentais, a mesa entende ter o dever de perguntar se, entre o público presente, há alguém que pretenda utilizar o período regimental de meia hora, a fim de colocar alguma questão. -----

Pedi a palavra, o munícipe **José Eduardo Pereira Brites.** -----

Continuando, o Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor José Eduardo Brites** que proferiu o seguinte: -----

*“1- Caminho Municipal ao lado da Ribeira de Cobres em Almodôvar-----*

*Dado o mau estado em que se encontra este caminho desde a passagem submersível que sai do Beco do Maljulgada passando no outro lado dos bairros das Eiras, S. Pedro até à ponte romana existindo no seu percurso dezenas de covas algumas já de algum porte e perto umas das outras que quando cheias de água em vários lugares já dificulta a passagem de carros ligeiros que ali passam diariamente. -*

*Pergunta agora o Município se deste facto tem conhecimento, caso afirmativo se está para breve prevista a sua reparação, caso negativo para quando a tapagem daquelas covas?-----*

*2- Cartão Almodôvar Solidário-----*

*Dado ter tomado conhecimento que o pagamento das faturas emitidas pelas farmácias e entregues pelos utentes daquele cartão no mês de Novembro, na Câmara Municipal de Almodôvar, ali são informados que as mesmas só poderão ser pagas a partir do ano de 2019. -----*

*Pergunta agora o município qual o motivo de tão longa demora?-----*

*3-Assunto: Almodôvar À Descoberta das Sonoridades-----*

*Por ser um leitor assíduo em ver e ler o Boletim Municipal, e dada ter feito parte na época 2017/2018 como aluno tendo por isso sido convidado para participar e com muito gosto o fez, num SARAU MUSICAL que foi realizado na Igreja do Convento Nossa Senhora da Conceição no dia 17 de Maio de 2018 pelas 21 horas, em que estiveram presentes todos os alunos e professores, bem como senão estou em erro todo o executivo do Câmara Municipal onde o Sr. Presidente até discursou estando praticamente cheia aquela igreja. -----*

*Dado tratar-se de uma ação cultural organizada pelo município, e no boletim municipal n.º 2 do corrente ano, fazer referencia ali de vários eventos realizados antes e depois daquela data. -----*

*Pergunta agora o Município, porque não é ali feita qualquer referencia nem sequer uma letra ou até de uma foto daquele evento? -----*

*Por último solicito que esta intervenção seja transcrita em ata, e a resposta dada me seja enviado por escrito.”-----*

No uso da palavra, o **Presidente da Câmara** começou por dizer que têm conhecimento que após as chuvas alguns caminhos ficaram com alguns buracos, que serão tapados logo que possível, sendo este caminho que o Srº José Brites referiu um deles, e também o da Arrabaça e outros, em conformidade com as informações que lhe vão chegando. -----

Em relação ao cartão “Almodôvar Solidário” estranha a informação, porque a Câmara costuma pagar as faturas relativas a esses cartões a 30 dias. Julga que deve haver um mal-entendido e até pensa saber qual é. Explicou que a Câmara está a substituir muitos cartões “Almodôvar Solidário” pelo cartão “A Bem”. Mais aclarou que foi feito um protocolo com uma instituição, que foi assinado no início deste mês, e entra em vigor a partir de janeiro e que é um pagamento direto na farmácia, em que o munícipe beneficiário deste cartão já não tem que vir à Câmara trazer as faturas. -----

Referiu que com isto não está a dizer-lhe que não é verdade, mas parece-lhe estranho que assim seja, poderá eventualmente ter havido alguma questão orçamental, mas certamente seria para o mês seguinte. Portanto estranha e pensa que haja aqui alguma confusão. Esclareceu que em relação ao novo cartão cerca de 150 munícipes o irão receber e crê que já foram convocados para vir a uma reunião no dia 11 de dezembro, precisamente para lhes entregarem o cartão e explicar como funciona. Acrescentou que nem todos os munícipes com cartão “Almodôvar Solidário” irão receber este novo cartão, só os que foram selecionados por essa empresa é que receberão o cartão “A Bem”. Assim, a partir de Janeiro, quem tem cartão “A Bem” não precisa de vir à Câmara e os outros continuarão a fazer como têm feito até aqui. Julga que será esse o problema, mas irá averiguar o que se passa. -----

Relativamente ao sarau musical e ao facto do mesmo não estar espelhado no boletim municipal, referiu que merece estar, como todos os eventos o merecem, até porque é feito com pessoas da terra que andam na aprendizagem, e como a Câmara cedeu as salas e os equipamentos deverá existir um espetáculo para mostrar às pessoas que lá vão aquilo que os alunos aprenderam. Sabe que o senhor munícipe também faz parte desse clã de novos artistas de Almodôvar e se não foi colocado no boletim municipal a culpa é sua, porque é quem decide o que lá se coloca. Eventualmente não lhe deu a devida importância, mas será reconhecida e será colocada num próximo boletim desde que tenhamos espaço. Ainda bem que lhe diz, não está em causa desvalorizar o evento, mas, da sua parte, não o julgou tão importante e teve outros assuntos para colocar no boletim. Referiu que este evento será colocado no boletim, não na íntegra mas alguma informação sobre o mesmo. --

**B - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.** -----

**B.1 - AUSÊNCIAS, SUSPENSÕES, RENÚNCIAS DE MANDATOS E RESPETIVO PREENCHIMENTO DE VAGAS;** -----

**AUSÊNCIA DE MANDATO E PREENCHIMENTO DA RESPETIVA VAGA:** -----

O **Presidente da Assembleia** fez saber que se registaram dois pedidos de ausência para esta sessão. -----

Prosseguindo informou que na sequência dos pedidos de ausência formulados pelos deputados **Cláudio Viseu e Amândio Pereira**, quem os aceitou substituir, durante esta sessão, foram os deputados suplentes posicionados nas listas do Partido Socialista e do Partido Social Democrata, **Manuel Barradas Dias e Ana Isabel Teixeira Guerreiro**, respetivamente. -----

Mais informou que ambas as substituições se fizeram ao abrigo do n.º 3 do artigo 18.º do Regimento. -----

Verificada a identidade e legitimidade da cidadã Ana Isabel Teixeira Guerreiro e depois da mesma ter expressamente aceite o cargo, a Assembleia reconheceu a ausência de impedimento para o exercício das respetivas funções de Membro da Assembleia Municipal de Almodôvar, pelo que tomou o seu lugar na Assembleia.-----

A ata respeitante à tomada de posse do membro suplente supra referido dá-se aqui como totalmente reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas.-----

**A Assembleia tomou conhecimento e em nada objetou.** -----

**B.2 - VOTAÇÃO DA ATA N.º 06, DE 28 DE SETEMBRO DE 2018 (QUADRIÉNIO 2017/2021):** -----

Para os fins previstos na alínea a) do artigo 40.º do Regimento e do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, foi remetida, em anexo à ordem do dia, fotocópia da ata da reunião anterior, a qual foi, previamente, lida pelos membros e, submetida à apreciação e votação. -----

Não havendo pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia colocou à votação a Ata, tendo a Assembleia Municipal deliberado, **por unanimidade dos presentes**, com 18 votos a favor (PS/PSD) aprovar a ata n.º 06 de 28 de setembro de 2018 (2017/2021), a qual foi homologada em minuta, com exceção das intervenções dos senhores deputados, sendo assinada pelo Senhor Presidente e por quem a lavrou. -----

Nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, os deputados Manuel Barradas Dias (PS), Ana Isabel Teixeira Guerreiro (PSD) e Luís Carlos Piedade Martins (PS), não participaram na aprovação da ata. -----

O **Presidenta da Assembleia** colocou à apreciação a Ata n.º 06 da sessão ordinária de 28 de setembro de 2018 (quadriénio de 2017-2021).-----

**B.3 - LEITURA DE EXPEDIENTE;** -----

O **Presidente da Assembleia** informou sobre a correspondência recebida e expedida pela Assembleia Municipal, desde a última sessão até à presente data, cuja relação foi enviada a todos os membros e está disponível para consulta nos serviços de apoio, caso assim o desejem. -----

**B.4 - INTERVENÇÕES.** -----

Prosseguindo com os trabalhos, o **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para este ponto, tendo-se inscrito os deputados António Fontinha, José Guerreiro, Jorge Marques, Ana Maria Barão e Dário Guerreiro. -----

De acordo com a ordem das inscrições, o Presidente da Assembleia deu a palavra ao **deputado António Fontinha** que proferiu o seguinte Voto de Congratulação:

*“Eu, António Fontinha, deputado eleito pelo Partido Socialista, venho em nome desta bancada, congratular o executivo por mais uma vez serem merecedores de um reconhecimento pelo trabalho na área social. -----*

*Desta vez, pela terceira vez consecutiva, e sendo uma das duas únicas câmaras do Baixo Alentejo, a Câmara de Almodôvar conquistou uma BANDEIRA de reconhecimento como Autarquia mais familiarmente responsável, com trabalho avaliado por entidade externa, ou seja, por um observatório de autarquias locais que analisam o trabalho de 308 autarquias. -----*

*Reconhecimentos destes, são por vezes mais importantes que certas obras, pois são as pessoas que usufruem diretamente dos apoios sociais da Câmara e são para as pessoas que as nossas câmaras devem canalizar parte dos fundos disponíveis. --*

*Por este motivo, e por saber que a câmara de Almodôvar está muito avançada em relação aos apoios diversos, desde o pagamento a 100% dos medicamentos a quem precisa, até à disponibilidade de uma Universidade Sénior para que os menos jovens possam continuar a aprendizagem ao longo da vida, somos unânimes em reconhecer publicamente a capacidade e a dedicação que este executivo coloca na área de apoio social. -----*

*Esperamos que continuem a ser merecedores de outros reconhecimentos diversos desde que a necessidade seja aparente e o apoio efetivo.” -----*

De seguida foi dada a palavra ao deputado **José Guerreiro**, que começou por dizer que como as questões que costuma trazer acerca das obras do concelho de Almodôvar parecem incomodar e obter resposta evasivas e pouco coerentes com a realidade, desta vez vai apenas dar oportunidade ao Senhor Presidente da Câmara para expor à sua vontade o que se passa afinal em todas e cada uma das obras, poupando assim o tempo que ocuparia a fazer as mesmas questões da sessão anterior que já foi em 28 de setembro, há portanto dois meses, dando-lhe esse tempo para dar a resposta de forma mais concreta e realista. -----

Convidou todos os presentes a consultar as atas das sessões das assembleias municipais anteriores, e a lerem as perguntas formuladas e as respostas dadas pelo Senhor Presidente da Câmara, para que, cada um por si, tire as devidas conclusões. A sua conclusão é simples e clara, durante vários meses temos estado a “marcar passo”, isto é, estamos na mesma. Por uma razão ou outra não se evolui, seja de quem for a culpa, a responsabilidade perante esta Assembleia é sempre do executivo. Como membro desta assembleia é seu dever questionar, fiscalizar e exigir ao executivo que execute, não é para isso que foram eleitos e estão a ocupar este lugar? Gostaria que os senhores deputados analisassem bem e sem preconceitos as

respostas que o Senhor Presidente da Câmara dá nas sessões desta Assembleia, que, sem escrúpulos, dá respostas com uma convicção que parecem verdadeiras, mas que se verifica na realidade serem completamente falsas, o que revela uma grande irresponsabilidade e falta de respeito por todos nós aqui presentes e pelos munícipes em geral. Não é isso que se espera do Presidente da Câmara que se assume como representante dos munícipes e dos seus interesses. Na verdade não está a proteger, não está a servir como deve, está a adiar, “a empurrar com a barriga” como se costuma dizer na gíria popular quando as coisas não se resolvem e se vão adiando, assim reserva-se ao direito de questionar o Senhor Presidente depois de ouvir a sua intervenção. -----

Prosseguindo o **deputado Jorge Marques** referiu o seguinte: -----

*“Esta minha intervenção prende-se com uma que eu fiz na anterior assembleia municipal sobre o portal municipal de Almodôvar, após a leitura atenta do documento sobre este tema, que desde já agradeço o envio do Senhor Presidente.-----*

*Nada veio acrescentar de novo aquilo que foi dito aqui, o documento fala num portal e serviço on-line e custa 42.700,00 euros + IVA. O Senhor Presidente disse aqui nesta assembleia que o portal custaria entre 9 e 15 mil euros, valor que eu não encontrei em lado nenhum, mas no orçamento, página 50, na rubrica portal municipal constam 38 mil euros de um total de 369 mil para este investimento, a diferença dos 38 mil para 42 mil são 4 mil, com certeza que é para os serviços on-line, porque o restante será para o portal. -----*

*De referir ainda que na página 76 do orçamento constam 330 mil euros para essa plataforma (serviços, equipamentos, software e empreitada). A diferença para os 369 mil que consta na página 50 é os tais 38 mil, que é o valor do portal. ----*

*Senhor Presidente, não precisa de responder a esta questão e sobre a demagogia estamos conversados.” -----*

No uso da palavra a **deputada Ana Maria Barão** leu o seguinte Voto de Congratulação: -----

*“Eu, Ana Maria Barão, deputada eleita pelo Partido Socialista, venho em nome desta bancada, congratular o executivo pela capacidade de resolução que demonstraram com os PRECÁRIOS do nosso município. -----*

*Sei que não existem de momento precários a laborar na Câmara, e como sei que foram resolvidos cerca de 27 casos, ficamos todos notoriamente satisfeitos que esta nossa câmara seja mais uma vez um bom exemplo no apoio às famílias, na fixação destas pessoas e na resolução da precariedade que tantos constrangimentos traz às famílias por razões diversas, mas a mais importante será a insegurança no trabalho. -----*

*Esta iniciativa e a rapidez de resolução em tornar efetivos estes 27 colaboradores merecem o nosso agrado político.” -----*

Por último, foi dada a palavra ao **deputado Dário Guerreiro**, que principiou por dizer que o motivo da sua intervenção se deve apenas ao facto de algumas questões irem ficando esquecidas, pois a oposição até tem feito o seu trabalho, trás algumas

perguntas, mas pelos vistos Santa Clara-a-Nova tem ficado esquecida. Referiu que a obra de Santa Clara esta parada há mais de 3 meses e ninguém pergunta pela obra. -----

Hoje faz o favor de vir perguntar o que se passa? É do seu total desagrado aquilo que se está a passar em Santa Clara. Contou a título de exemplo que, inclusivamente, nesta última semana, uma das tampas ficou aberta e se o camião que lá passou durante a tarde o tivesse feito à noite, poderia ter acontecido alguma chatice com alguma pessoa. -----

Prosseguindo, quis saber se a Câmara poderá intervir em relação à EDP. Explicou que a continuar assim Santa Clara-a-Nova não terá eletricidade. Acrescentou que a Junta de Freguesia tem insistentemente mandado mensagens à EDP, mas não têm obtido qualquer resposta. Disse que a oposição não tem ido a Santa Clara à noite e têm que começar a ir para que comece a aparecer alguma coisa nos seus apontamentos sobre Santa Clara. -----

O **Presidente da Câmara** começou por referir que antes de responder aos senhores **deputados** e falar das obras, convinha mencionar que nesta questão ninguém tem mais interesse, nesta Câmara Municipal ou neste concelho, que as obras se conclua do que o Presidente da Câmara, os Vereadores e os Deputados. -----

Passamos um período, de 2010 a 2015, de uma grave crise financeira que levou muitas empresas a ter dificuldades, nomeadamente empresas da construção. Nós temos que seguir as regras da contratação pública, não sabemos quem concorre, não sabemos se o concorrente tem condições ou não para fazer a obra e, de facto, no último ano de gestão do anterior executivo e no nosso anterior mandato tivemos alguns problemas. Recordou o mercado municipal, onde houve problemas, recordou outras situações e esta crise que arrastou esta situação tem-se arrastado pelo menos até há uns dois anos atrás. Agora já as empresas começam a estar mais saneadas financeiramente, aquelas que aguentaram. -----

Nestes 3 ou 4 anos a Câmara não parou, tivemos concursos públicos que deram lugar a obras como as oficinas e armazéns municipais, a Entrada Sul, a obra da Aldeia dos Fernandes, o término do Cineteatro, a obra de Santa Clara, mesmo sem fundos comunitários, mesmo sem existir de facto aquele dinamismo económico que as Câmaras precisam, mas nós não paramos de investir. Tivemos algum azar com algumas empresas, se calhar podíamos dizer que é má gestão da Câmara, mas também temos tido “paciência de santo” com algumas empresas. Não esqueçam que quando damos uma obra a concurso público não sabemos quem concorre, não sabemos se a empresa que concorre tem condições financeiras, porque desde que eles tenham a Segurança Social em dia e desde que tenham os requisitos exigidos nós temos que os aceitar e o pior é quando eles concorrem com o preço mais baixo, às vezes só com mais um euro em cima e ganham as obras e nós depois estamos à deriva se de facto a empresa tem condições para continuar ou não. Depois há erros de projeto, que há sempre falhas nos projetos e começa-se a utilizar esta estratégia para ir prorrogando prazos e a Câmara, como entidade gestora, tem todo o interesse em que as empresas terminem. Se a empresa não terminar



uma obra o que é que vai acontecer? Vai para tribunal, há cessação de contrato, há cessação da posição contratual, mais novo concurso público ou novo procedimento consoante a situação etc. E isto atrasa, andamos aqui mais tempo atrapalhados, portanto pensam sempre que o melhor será confiar na empresa que ganhou o concurso e fazer o esforço necessário para ir aguentando. -----

Tivemos essa experiência na Aldeia dos Fernandes, na estrada que liga a Aldeia dos Fernandes à Abóbada, temos essa experiência agora na Aldeia dos Fernandes com a empresa que está lá trabalhar, que já devia ter terminado a obra há pelo menos 7 meses e continuamente pede prorrogação de prazo. Agora de facto chegamos ao limite, não aguentamos mais, que é mentira atrás de mentira e na próxima sessão de Câmara vamos ter que decidir sobre a intenção de terminar o contrato com a empresa e entregar eventualmente os serviços a uma outra empresa.

Em relação à obra da Aldeia dos Fernandes que mencionou, falta terminar cerca de 90/95 mil euros. Temos colocada uma camada de regularização e uma camada de betuminoso, falta a última, temos os passeios praticamente feitos, falta basicamente toda a eletricidade desde a zona norte da Aldeia até à entrada do cemitério, faltam cerca de 100 mil euros, em números redondos na obra. -----

O empreiteiro que está na obra não reúne condições, os subempreiteiros não querem ir para a obra porque ele não paga e nós não devemos nada a ninguém. Não temos aqui alternativa, a única alternativa é de facto terminar o contrato, também não temos culpa da empresa que nos “calhou na rifa” estar neste processo e ser uma empresa falhada.-----

Respondendo ao deputado Dário Guerreiro, aclarou que quando esta empresa ganhou o concurso público ficou felicíssimo porque é uma empresa quase local, é uma empresa de Aljustrel, CONSDEP e julgaram que ia cumprir o seu papel. Passados que são 8 meses estão com uma série de problemas, há problemas no projeto, é verdade, há zonas debaixo daquelas ruas que não sabemos sequer o que é que lá está. Foi feito um esforço para identificar corretamente condutas de água, de esgotos, de pluviais, tudo aquilo que era possível, mas, aparecem cabos que não estão cadastrados, aparecem tubagens, aparecem águas que nós não sabemos e à medida que a obra devia ir avançando, ir-se-ia encontrando soluções no projeto com trabalhos a mais e trabalhos a menos, como se faz em qualquer tipo de obra, mas não tem acontecido assim e o senhor deputado tem toda a razão. Tem feito o esforço necessário e também tem tido paciência com esta empresa para que termine. Temos sido o mais correto possível no sentido de encontrar soluções, não obstante as mesmas parecer não terem resultado. Estamos agora numa situação em que concordamos encontrar uma solução financeira viável, tanto para a Câmara como para a empresa, ou isso, ou então a obra pára tal como está e vamos para tribunal, vamos cessar o contrato e vamos fazer uma nova empreitada, porque nós não podemos ir fazer a obra, a obra pertence a quem ganhou o concurso e não há nada a fazer. Está dentro do prazo, nós demos um ano e meio à empresa para terminara e enquanto não terminar o prazo não está em incumprimento. No entanto,

está em incumprimento com a Câmara e com todos os munícipes da freguesia de Santa Clara e do concelho de Almodôvar, mas não está em incumprimento.-----

O Armazém Municipal está terminado, estamos à espera que a EDP nos venha ligar o quadro definitivo das oficinas, é uma obra que terminou.-----

O Cineteatro está terminado, temos as licenças, há uma pequena deficiência no AVAC, é verdade, deteta-se ali um pequeno problema que de vez em quando dispara. Estamos à espera que a empresa venha certificar o AVAC e que também a ANPC venha certificar o Cineteatro, mas isso não é razão para não avançar com o Cineteatro, está capaz de trabalhar, portanto temos todas as condições.

A semana passada apareceu um vidro da porta principal partido, se calhar alguém que não gosta do Cineteatro, ou alguma brincadeira, alguém que jogou uma pedra, mas não é isso que implica que não se façam eventos.

Está preparado um evento para terça-feira e estão a planear para inaugurar oficialmente o Cineteatro no início de Janeiro, com a apresentação do programa cultural e a apresentação dos eventos do concelho, enquanto promotores e divulgadores da estratégia económica.-----

A Entrada Sul está terminada, apenas faltam alguns pequenos detalhes e como havia a possibilidade de se fazer uma candidatura fez-nos atrasar um pouco a receção provisória da obra.-----

A candidatura foi aprovada na reunião passada, hoje foi submetida uma candidatura para aquela obra, não podíamos receber a obra na íntegra sem a candidatura estar feita, não existiam avisos. O que falta naquela obra de facto são duas coisas essenciais, terminar uns muros que foram negociados com os proprietários dos terrenos e fazer precisamente a escritura da parte desses muros que passam a ser terrenos municipais e retirar esse ónus da parte dos proprietários, de resto, a obra está terminada. Tem 2 ou 3 defeitos, o que é normalíssimo, que são um abatimento do pavimento à entrada da ponte pedonal e 2 ou 3 abatimentos ao longo da EN2 onde passam as condutas de pluviais e de esgoto. O empreiteiro está informado, a obra está em garantia e fará certamente logo que possível a sua reparação. Temos no entanto um pequeno detalhe naquela ponte que não foi corrigido ainda, não foi por falta de esforço da nossa parte, foi porque nós não podemos mexer na ponte sem o projetista dar o ok. Mas agora que temos o ok dado, parece que há uma questão de humidade, como a ponte está húmida não lhe querem aplicar o produto, o que lhe parece estranho, mas esse é o facto.-----

A Estrada de São Barnabé está perfeita, durante este mês o empreiteiro pediu alguns dias porque tinha dias para compensar os trabalhadores, vai ficar parada eventualmente todo o mês de dezembro, já temos as assinaturas de todos os proprietários ao longo da reparação, tivemos um pequeno atraso de 2 meses com assinaturas porque um proprietário que representava 3 ou 4 não queria derrubar uns sobreiros pequenos que estavam na berma e tentou encontrar soluções financeiras com a Câmara, dissemos que não havia hipótese de pagar indemnização e a pessoa ficou convencida e já nos assinou em nome daqueles 4 proprietários.-----

A obra está entregue à empresa JJR, que tem sido uma empresa excepcional, já trabalhou connosco na estrada que liga a Aldeia dos Fernandes à A-do-Neves, perfeitos, começaram e acabaram, esperemos que assim continuem e tomara que quando lancemos agora no início do ano o Rosário que ganhe uma empresa tão boa quanto a JJR. -----

Em resposta ao deputado Jorge Marques, disse que tal como a resposta do senhor deputado se mantém a sua também se mantém. Enviou-lhe pessoalmente todo o processo de contratação do balcão único digital, que está ao dispor de qualquer deputado que queira, fez questão de lhe enviar porque julgou que estava a fazer uma má interpretação na leitura do anexo que discrimina tudo aquilo que é para ser feito. Há software com que nós trabalhamos, está incluído software para a biblioteca, software de gestão, de contabilidade etc., é um pacote. Foi aprovada uma candidatura de cerca de 180 mil euros, juntando a isso mais a obra física, portanto, certamente está tudo regular, senão eventualmente a CCDR teria detetado alguma falha e parece que ou o deputado não viu, ou se calhar eu não lhe enviei o documento correto, não sei o que é, mas um facto é que em momento nenhum pagaríamos 42 mil euros por um site da Câmara. -----

O site da Câmara é a diferença entre o software da AIRC, que é um software de gestão municipal e software da AIRC, que custa cerca de 32 mil euros com todas as atualizações e modernizações e a diferença é esse software que é o nosso novo site, que está em testes neste momento, que serão 10, 12 mil euros, continua sem saber o valor exato, porque não se recorda quais são os valores da AIRC. De facto pede-lhe então que tenha paciência e quando termine este processo vá verificar e que veja que não estamos a pagar 40 mil euros pelo software. -----

Saibam os Senhores Deputados que quando fazemos uma candidatura, seja ela qual for, não discriminamos todos os itens, damos-lhe um nome. Por exemplo, nós fizemos hoje uma candidatura de cerca de 1 milhão e 400 mil euros para 4 obras e demos-lhe um nome “mobilidade sustentável”, inclui passagens pedonais, ciclovias, mas demos-lhe um nome. Se vamos discriminar os títulos todos não conseguem entrar no sistema, nem no orçamento. -----

Nós certamente chamamos portal da Câmara Municipal a um conjunto de software e de itens, que são discriminados precisamente no anexo 1 que está à disposição dos deputados e do público quando quiserem consultar. Mais transparência não há, têm que estar é acompanhados de alguém da Câmara porque são documentos únicos que nós temos e fazem parte de um processo e se eles desaparecerem, ou por algum motivo rasgarem ou estragarem, se houver uma inspeção temos problemas. Quando quiserem consultar é só solicitarem na Câmara e estão disponíveis. -----

Findas as intervenções, o **Presidente da Assembleia** referiu que irá permitir mais uma intervenção de cada bancada, mas antes não pode deixar de dar uma palavrinha sobre a questão das obras. -----

Referiu que as obras demoram, que andam um bocado “enleadas” e tal como o Senhor Presidente disse, fica-se com um dilema, o que é que se faz com a empresa? Interrompe-se o contrato e vai para tribunal? Aguarda-se? Devo recordar

que há um ditado que diz “tudo está bem quando acaba em bem” e não posso deixar de recordar a cobertura da Escola EB1 de Almodôvar. Como toda a gente conhece, foi uma obra que esteve muito tempo emperrada por essas razões, mas agora está terminada e é uma obra digna de se ver. -----

Pedi novamente a palavra o **deputado José Guerreiro**, que começou por agradecer os esclarecimentos do Senhor Presidente. Disse que, como sabemos, as obras são assim, no entanto, há mais e menos rigor, há melhores empresas e piores e as dificuldades têm efetivamente sido muitas. Como o Senhor Presidente acabou de explicar, se calhar atualmente só 1/3 das empresas estão a laborar relativamente às que estariam há 10 anos atrás, portanto as que cá estão serão certamente triunfantes no meio desta confusão toda que tem havido e continua a haver muitas dificuldades.

Posto isto, e com as explicações sábias do Senhor Presidente da Câmara, naturalmente que temos de ir conduzindo este barco para chegar a bom porto, e sem naufragar, e sem termos que andar anulando concursos e contratos, o que é constrangedor.-----

Parece-lhe que o Senhor Presidente se esqueceu de falar de uma obra e vai ter que lha recordar, o “Parque de Caravanismo”. Não falou desta obra que já devia ter acabado antes do verão, depois era no fim do verão, agora é antes do fim do ano e com essas dificuldades todas que já sabemos que a empresa tem, que o projeto tem.-----

Em sua opinião, e possivelmente também para quem lá passe, considera que é “abusador” aquele aspeto que vimos no Parque das Merendas. Não é culpa do Senhor Presidente, não é culpa do empreiteiro, é culpa de quem? Aquilo que lá está é um abuso. O facto da obra não andar é uma coisa, mas depois todo aquele entulho e lixo. A obra não anda, efetivamente não se vê dinamismo, não se vê nada.-----

Esqueceu-se dessa obra, se quiser terá ainda que dizer alguma coisa sobre ela. Parece-lhe que devia haver alguma pressão por parte da Câmara sobre o dono da obra, para que houvesse algum cuidado. Afinal de contas a obra está confinada, mas aquilo parece que é já uma coisa abusiva. De resto é aquilo tudo que sabemos e já foi falado e não tem nada mais que dizer. -----

Congratula-se com a obra da Escola EB1 que finalmente acabou, ou foi dada por acabada, pois não sabe se está efetivamente acabada. -----

Prosseguindo, referiu que após lhe terem contado uma experiência que se passou no Algarve, faz aqui publicamente um reparo. Explicou que houve um acidente numa escola que tem vedações como aquelas que temos aqui em Almodôvar. Agora, depois de saber este caso, cada vez que olha para as vedações arrepiam-se. -----

Não está a pôr defeitos no projeto, nem nas pessoas que o fizeram. É uma coisa que se todos se sentirem como ele se sentiu, quando a pessoa lhe explicou isto, que é arrepiante. As vedações da Escola tem painéis de bekaert que têm uns bicos para cima e nessa escola também ficaram com os bicos da vedação para cima, mas devia ficar com os bicos para baixo, isto porque os miúdos na idade entre os 7 e os 10 anos empoleiram-se em tudo, e escorregam e caem, e neste

caso que lhe contaram, o miúdo escorregou e ficou com um bico espetado num braço. -----

Cada vez que passa pela escola arrepiam-se, não é para chocar ninguém, mas já agora se for possível, através da empresa ou mesmo pela Câmara, se o Senhor Presidente assim o entender, aquilo é fácil, é só desaparafusar os parafusos e virar o painel ao contrário, isto se não quiserem cortar os bicos como fizeram no Algarve. Se isto servir de alguma coisa não é para agradecer, é só para sensibilizar. -----

De resto, sabem que a sua postura aqui não é vir pôr defeitos, é apenas porque é observador e quer continuar a ser, é responsável e quer continuar a ser e quer com isso poder servir bem os nossos municípios e pede que o perdoem e que o entendam. -----

**O Presidente da Assembleia referiu que** antes de passar a palavra ao Senhor Presidente quer apenas dizer, a título de esclarecimento, que como lido todos os dias na Escola sabe que na vedação exterior tanto há bicos para cima como há bicos para baixo e que esta situação já foi falada algumas vezes. -----

**O Presidente da Câmara** começou por agradecer ao deputado José Guerreiro e disse-lhe que gostou da sua intervenção e também da chamada de atenção para essa sensibilidade que é importante. Aclarou que já tinham tido a oportunidade, ainda que ligeiramente, de falar sobre este assunto e que por acaso ainda não mandou verificar isso e já o devia ter feito. -----

Sobre o caravanismo, é uma daquelas situações que já falou há bocadinho. O empreiteiro concorreu com um preço demasiado baixo, nos limites, é um empreiteiro que tem um histórico muito bom na Câmara de Almodôvar, muito positivo. Recordam-se da última obra que a empresa Leonel Martins fez, era ainda um presumível candidato à Câmara e ele andava a trabalhar de noite, antes da feira de São Barnabé. Antes da inauguração andava a acabar as ruas de São Barnabé e foi uma pessoa que ao longo dos tempos, naquilo que me contam na Câmara antes de eu cá estar, mereceu todo o nosso crédito. -----

Não sabe se haverá algum problema a nível pessoal, mas pode dizer que continua a confiar nele, enquanto empreiteiro. Tem um ano de atraso na obra e o Turismo de Portugal já o está a pressionar porque a obra foi candidatada e está a pressioná-lo porque quer ver a obra feita, porque os prazos que nós colocamos na candidatura referiam-se ao final deste ano e nós não conseguimos acabar. Temos que andar a pedir novamente que nos seja dado mais algum tempo. De facto, acontece uma coisa muito estranha naquela obra, ele faz o trabalho e a seguir tem de desmanchar parte do trabalho que faz está feito, está com falta de conhecimento técnico, faz as coisas mas não as faz consoante o projeto e já teve de desmanchar 3 ou 4 vezes. No entanto a obra por fora está terminada, com exceção do parque de estacionamento das caravanas e da parte elétrica, e parte daquele entulho que se vê na obra não é mesmo entulho, é a vala que está aberta e que já devia ter sido feita para a saída dos esgotos para vir ligar à rede que fizemos nova, esgotos e a passagem de cabos. Também há entulho dentro do perímetro da obra, aqueles

montes de terra que se vê da estrada é em grande parte o material proveniente daquela vala que vai ser em parte reutilizado. -----

Mas de facto tem razão, eu esqueci-me desta obra e também ela está atrasada, é mais uma que eu espero ver terminada. -----

Esperava vê-la terminada até ao final deste ano, disse aqui na assembleia que queria vê-la no final do verão, mas não fomos capazes. No final deste ano também parece não ser e espera que esteja pronta para a próxima época balnear. Da sua parte tudo está a fazer para isso, inclusivamente dando as prorrogações de prazo possíveis para que também o empreiteiro possa ter algum tempo para trabalhar. Cada vez que se reúnem o empreiteiro diz sempre que está quase, que é uma questão de mais um mês ou dois e tem de alguma maneira iludido a Assembleia porque também é iludido, mas tem a consciência que está atrasada e também tem a consciência que tudo aquilo que disser sobre aquela obra só depois de ver. -----

#### **C - PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

#### **C.1 - APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E AO ORÇAMENTO PARA VIGORAR NO ANO DE 2019:** -----

Sobre este ponto da ordem de trabalhos, o **Presidente da Assembleia** referiu que como introdução deve dizer que apesar das dificuldades vividas pela maioria das autarquias do interior, e Almodôvar não foge há realidade, há a necessidade de arquitetar um orçamento equilibrado, que seja capaz de responder às necessidades dos municípios. É uma obrigação dos decisores políticos, que deverão de forma equitativa distribuir os recursos financeiros de acordo com as prioridades detetadas no decorrer do processo. Pensa que é isso que está inerente a este documento, a estas Grandes Opções do Plano, é este documento a Bíblia das Autarquias, porque é a partir dele que se discute e se planeia a vida do município. Certamente tiveram ocasião de apreciar e analisar o documento e sobre ele, a partir de agora, irão formular uma opinião, irão emitir juízos de valor, que certamente não deixarão hoje aqui de debater e argumentar. -----

Continuando, questionou o Senhor Presidente da Câmara se queria fazer alguma uma pequena introdução sobre o orçamento. -----

No uso da palavra, o **Presidente da Câmara** começou por referir que preparou um pequeno texto, que é mais fácil, tendo proferido o seguinte: -----

*“É quase aquilo que eu disse em reunião de Câmara, volto a lembrar que este orçamento está mais alto que orçamentos anteriores por uma razão muito simples, tem 2 pontos que o fazem estar mais alto, um deles é que estamos numa fase onde no último ano, nos últimos 6 meses principalmente, tivemos possibilidade de candidatar projetos que já vieram uns aprovados outros estão em análise. Portanto os aprovados já estão refletidos aqui, projetos eu falo a fundos comunitários, coisa que não tivemos durante, como já disse há bocadinho, quase 4 anos e de facto agora começaram a surgir e outra questão que faz subir também o orçamento, ou melhor o dinheiro que temos no orçamento, é um empréstimo que foi aprovado também nesta*

assembleia de 1 milhão e 760 mil euros, foi aprovado de 3 milhões e 500 mil euros, mas que só vamos utilizar este ano de 2019, 1 milhão e 760 mil euros. ---

Posto isto e explicado o porquê deste aumento em relação a orçamentos anteriores, deixem-me dizer-vos mais o seguinte. -----

O Orçamento do município tem um valor de 16.640.834,00€, reflete exatamente as receitas que são parte do histórico económico e os apoios que vamos ter ao nível dos fundos comunitários, assim como o empréstimo bancário. -----

Em termos de orçamento de despesa, as rubricas estão todas com o cabimento que entendemos ser necessário para assegurar um bom serviço aos munícipes e manter a boa imagem municipal, bem como cumprir na íntegra com as nossas obrigações legais, fiscais e sociais. E algumas rubricas têm até dotação a mais, precisamente para estar à vontade quando for necessário transferir de corrente para capital caso seja necessário e ao contrário o mesmo não é possível. -----

Todas as rubricas de gestão diária e regular da câmara estão asseguradas para todo o ano de 2019. -----

Em 2015, 2016, 2017 investimos em obras na expectativa que essas pudessem ser posteriormente consideradas para avisos comunitários, sem ter a certeza que as mesmas viriam a ser contempladas e foram utilizados fundos próprios que de certa maneira diminuíram a almofada financeira da Câmara. Isto aconteceu porque não existiram avisos para candidaturas, ou os que existiram foram muito fracos em valor e outros ainda estão em análise. Este ano vão surgindo avisos espontâneos e de candidatura urgente aos quais nos temos candidatado e que esperamos obter resultados significativos em termos financeiros no próximo ano. -----

No entanto, e considerando as necessidades do concelho e as obras e projetos que preparam o nosso futuro, investimos com recursos a fundos próprios que diminuíram a almofada financeira da câmara, mas que esperamos que no decorrer deste próximo ano a possamos recuperar, através de eventuais verbas comunitárias que venham tapar o dinheiro já gasto. -----

Só no último ano e meio, e exemplifico com algumas obras terminadas ou agora em curso, que foram integralmente executadas com recurso ao orçamento próprio sem qualquer apoio comunitário: -----

- Requalificação da entrada sul, que nos custou cerca de 1.200.000,00€, dinheiro próprio da autarquia; -----

- Parque de caravanismo, tem imputado um custo de cerca de 450.000,00€, dinheiro próprio da autarquia; -----

- Parque de Santo António, foi terminado com 130.000,00€, dinheiro próprio da autarquia; -----

- Armazém municipal, ascendeu aos 500.000,00€, dinheiro próprio da autarquia;

- Beneficiação da estrada de São Barnabé, teve um custo aproximado de 750.000,00€, também dinheiro próprio da autarquia, que já está cativo para a estrada. -----

Ou seja, mais de 3.000.000,00€ foram executados nos últimos 2 ou 3 anos, ou estão em execução, sem qualquer tipo de financiamento. -----

*E nunca pararam também os apoios sociais da Câmara, nem as responsabilidades do município, quer ao nível local, regional, nacional, quer ao nível social como financeiro. Esta Câmara continua a ser vista como um exemplo de boa gestão e basta verem o artigo do CM de dia 27 de novembro, para verificar precisamente o que estou a dizer, e para considerarem a gestão financeira analisada dos 308 municípios. E nunca deixámos de fazer obras, apesar também de algumas empresas terem incumprido e de estarmos de facto atrasados nalgumas delas. -----*

*Hoje, muitos outros projetos de ordem capital já foram financiados ou estão em curso, não obstante as verbas provenientes. Refiro alguns: -----*

*• Requalificação da Igreja da Graça está terminada e está aprovada, ainda não recebemos o dinheiro; -----*

*• Requalificação da Aldeia dos Fernandes ao longo da 515, dou aqui a boa novidade que foi aprovada hoje, ainda não recebemos o dinheiro; -----*

*• Requalificação na Aldeia de Santa Clara-a-Nova, foi candidatada hoje em PAMUS; -----*

*• Beneficiação das estruturas da EB1 de Almodôvar, campo de jogos, foi aprovada a candidatura, também não recebemos o dinheiro; -----*

*• Iluminação LED em diversas localidades do concelho, foi candidatada, aprovada também, não recebemos a parte do investimento. -----*

*Mais de 1.500.000,00€ está investido com valores aprovados, mas ainda não entrados na Câmara. -----*

*Portanto, existe alguma necessidade de ajustar e daí justifica-se o empréstimo financeiro que faz parte deste orçamento para 2019. -----*

*Por considerar importante as obras que mencionei e porque nunca parámos de construir, de melhorar, de qualificar, de preparar o concelho para a próxima geração, nunca esperamos pelos fundos comunitários, construímos e hoje continuaremos a fazê-lo, hoje em 2019 e em anos futuro. -----*

*Os anos que se seguem serão anos de apostas diferenciadas mas vocacionadas para as realidades atuais. Assim, este orçamento está pensado para 3 áreas básicas de investimento, a começar já agora em 2018, 2019 e seguintes: -----*

*Desenvolvimento Económico e a modernização, o Ambiente com a Eficiência Energética e Eficiência Hídrica e a Economia Social. E dentro destes campos menciono especificamente o Desenvolvimento Económico e a modernização, que inclui apoios ao empreendedorismo; beneficiação do CCT; criação de uma nova área industrial e plataforma logística junto à Autoestrada A2 em Gomes Aires, assim como estímulos ao comércio local e ao comércio tradicional, bem como a procura constante da instalação de empreendedorismo privado no concelho de Almodôvar; -----*

*Em relação ao Ambiente — Eficiência Energética e Eficiência Hídrica, tudo faremos para tornar o concelho 100% led, assim como para modificar, alterar e modernizar as redes de abastecimento de águas públicas, bem como os depósitos de abastecimento;*

*Em relação à Economia Social, manteremos a nossa postura em relação aquilo que estamos a fazer no apoio às pessoas. Continuamos a considerar as pessoas como o principal projeto da Câmara municipal de Almodôvar, iremos investir no projeto*



da creche municipal, assim como no Loteamento em Almodôvar e tentar iniciar ainda este ano um loteamento na Aldeia dos Fernandes e a seguir no Rosário. Vamos manter os apoios aos nossos funcionários, vamos manter os colaboradores atualizados sempre que a lei o permita, descongelando carreiras, subindo e aumentando os funcionários na sua progressão de carreira, sempre que o mesmo seja possível dentro daquilo que é a legislação. -----

O orçamento de 2019 ascende a um valor global de cerca de 16 milhões de euros. No orçamento da Receita cerca de 11 milhões (66%) respeita a receita de natureza corrente e cerca de 5 milhões (33,84%) reporta-se a receitas de natureza de capital. -----

Relativamente à despesa cerca de 10 milhões (62,55%) reporta-se a despesa de natureza corrente e cerca de 6 milhões (37,45%) reporta-se a despesa de natureza capital. -----

Na despesa global do município para 2019, 31% são aquisição de bens de investimento, 3% para transferências de capital para Juntas e Associações, 3% para passivos financeiros, 28% para assegurar as despesas com pessoal, 25% para aquisição de bens e serviços, 8% para transferências correntes, também associativismo e juntas e 2% para outras despesas correntes. -----

No que respeita à composição das Grandes Opções do Plano, a despesa da Autarquia, agrupada por classificação funcional, permite-nos verificar que: -----

- As Funções Gerais, que representam €1.035.519,00, absorvem 6,22% do orçamento e representam 12,76% do montante total das GOP; -----

- As Funções Sociais, que representam €4.261.034,00, absorvem 25,61% do orçamento e representam 52,50% do montante total das GOP, daí mencionarmos que o principal projeto da Câmara Municipal de Almodôvar continua a ser as pessoas. --

No contexto das GOP, assumem particular relevância as funções sociais, que representam €4.261.034,00, ou seja, 52,50% do montante total das GOP, destacando-se sobremaneira o empenho nas áreas de: -----

• Educação, cuja despesa se estima em €815.960,00; em termos de manutenção e inovação; -----

• Saúde, com um valor estimado de €15.110,00; -----

• Segurança e Ação Social, com um valor previsto de €578.770,00; -----

• Habitação e Serviços Coletivos, cuja despesa se estima em €1.733.520,00; ---

• Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos, cuja despesa se estima em €1.117.674,00. -----

No que respeita ao Investimento Direto para o ano de 2019, o total das despesas de investimento contempladas em sede de Plano Plurianual de Investimento foi orçado em €5.259.705,00 (contemplando, inclusive, as Obras por Administração Direta). -----

Relativamente à dívida de médio/longo prazo houve um decréscimo significativo, porém em 2019 haverá um crescimento, consequência do recurso a um financiamento por parte do Município, consubstanciado num empréstimo de médio e longo prazo contratualizado junto do BPI para Investimentos de Interesse Municipal, no montante

de €1.760.000,00, que neste momento temos os contratos todos assinados e encontra-se em processo de obtenção de “visto” do Tribunal de Contas, para poder ser creditado e utilizado a partir desse momento. -----

No que concerne às aplicações financeiras há um decréscimo no investimento de aproximadamente um milhão, que foi preciso utilizar este ano, uma vez que não houve financiamento comunitário, como já tive a oportunidade de explicar e as contas surgiram para pagar. -----

Quanto ao peso das receitas próprias face às receitas totais, houve um crescimento de cerca de 2% em relação a 2017, sendo que em 2018 estamos nos 15,56%. -----

No âmbito das despesas com pessoal prevê-se uma maior despesa, ainda assim menor que a de 2013, para fazer face, nomeadamente, às remunerações dos trabalhadores, descongelamento de carreiras, regularização dos vínculos precários ou para novas admissões de pessoal no mapa de pessoal, que iremos apresentar a seguir. Estima-se que sejam gastos cerca de 2 milhões e seiscentos mil euros neste novo orçamento. -----

O Orçamento Municipal para 2019 encontra-se totalmente equilibrado, uma vez que a receita corrente bruta prevista é superior à despesa corrente, acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo, calculadas já para todo o ano de 2019. -----

Como se sabe, conseguimos em 2016 e 2017 recuperar o equilíbrio financeiro e após análise, à data de 23.OUT.2018, estima-se que a Câmara Municipal, no ano de 2019, irá cumprir a regra de equilíbrio orçamental legalmente prevista. O limite previsional da dívida total do Município de Almodôvar para o exercício económico de 2019 é de €15.519.166,46, subiu cerca e 6% -----

Em relação a 2018, com 58% da despesa corrente e 42% de despesas de capital, em relação ao orçamento inicial e não ao executado. Este é um orçamento significativo na área social, que melhorámos com 62,55% de despesa corrente e 37,45% de despesa de capital. -----

Há uma melhoria significativa na distribuição das verbas, é um orçamento que este executivo acha justo, lógico e mais estável, com rubricas suficientemente dotadas e com verbas mais que suficientes na área das despesas correntes, de modo a que sempre que necessário e no seguimento da legislação aplicável, recorde, possamos transferir verbas de rubricas correntes para rubricas de investimento de capital, sendo que o oposto não é permitido por lei.” -----

O **Presidente da Assembleia**, no âmbito deste ponto, abriu as inscrições para intervenções, tendo-se inscrito os senhores deputados José Guerreiro e Ana Guerreiro.

De seguida, o Presidente da Assembleia deu a palavra ao **deputado José Guerreiro**, que principiou por dizer que irá apresentar uma outra maneira de ver este orçamento. -----

Referiu que após apreciação efetuada sobre o documento das Grandes Opções do Plano e Orçamento para vigorar no ano 2019, enviado para posterior deliberação, gostaria de colocar algumas questões ao Senhor Presidente da Câmara, que lhes parecem pertinentes e que passou a expor: -----

1.º - Todas as verbas inscritas provenientes dos fundos comunitários correspondem a financiamentos já aprovados? -----

2.º - Em que se baseia a receita de 400 mil euros provenientes das Regiões de Turismo? Presume-se que devem ser da Região de Turismo do Alentejo. Essa receita já está consignada? Se sim, é para quê concretamente? -----

3.º - O empréstimo de 1.760 mil euros inscrito no orçamento já tem “visto” do Tribunal de Contas? -----

Já respondeu há bocado que ainda não, está à espera. -----

4.º - Existe uma verba de 500 mil euros para 2019 e 300 mil euros para 2020 para construção do infantário. Onde vai ser construído? Vai manter-se na Cerca da Presença e já existe projeto? -----

5.º - Como está a aquisição do autocarro? Estão previstos 82 mil euros na rubrica - locação financeira - amortizações e mais 2.500 euros para a rubrica - locação financeira - juros, estas verbas são para o autocarro? -----

6.º - Quanto ao projeto “revitalizar para habitar” que tanto se falou e após a Câmara ter adquirido alguns prédios degradados está tudo na mesma, ou seja, só mudaram de dono mas ficou tudo como estava, se estavam degradados agora ainda estão mais. Como neste orçamento estão previstos apenas 20 euros, não são 20 mil, questiona-se o que se pretende então fazer? -----

E da “Cerca da Nora” tem 10 euros. É para quê? O que se pretende efetivamente fazer naquele espaço? -----

7.º - Para o Museu de Arte Sacra estão previstos 40 euros. O que é que vai fazer? -----

8.º - O Centro Interpretativo do Pão, o tal museu do pão que tanto se falou, tem previstos 60 euros. É para fazer o quê? -----

9.º - Quanto à verba de 10 euros para a recuperação e remodelação da Igreja Matriz de Almodôvar, parece abusivo ter reservado esta verba sabendo-se que há um altar em perigo de cair, sim, em perigo de derrocada eminente, vê-se a olho nu. Para além dos outros em muito mau estado de conservação e sabendo que as coberturas estão a precisar de limpeza e manutenção, que quanto mais tarde for mais se agrava a situação. Sabemos que não é responsabilidade direta da Câmara,

mas sabendo-se que está em tão mau estado de conservação, não deveria haver uma ação mais dinâmica e musculada da parte da Câmara? -----

10.º - Relativamente ao capítulo “Transportes e Comunicações” temos algumas notas, pois em geral, as verbas inscritas são claramente irrisórias e insuficientes para qualquer obra real, nomeadamente, tem apenas 10 euros para a Reparação de Caminhos em terreno natural no concelho, pode-se ver na página 69, que não dá sequer para tapar um buraco numa estrada qualquer, das centenas de quilómetros que temos no concelho, pelo que podemos concluir que não vai mexer em nenhum caminho do concelho. Ainda há pouco referia que o caminho da Ribeira de Cobres e outros vão ser intervencionados, mas temos 10 euros para gastar. Na repavimentação do troço da “Estrada Municipal entre o cruzamento de Santa Cruz e a ponte sobre a Ribeira do Vascão” tem 13.500 euros. Esta verba é concretamente para quê? Diz que é para a repavimentação, mas não deve dar para grande coisa, a não ser que seja algum buraco. -----

Na sinalética horizontal e vertical, na estrada que liga as Viúvas a Graça de Padrões, também têm previsto gastar 10 euros, o que quer dizer que não vai fazer lá nada. -----

Já que se falou na Estrada das Viúvas. Gostaria de recordar que há uns anos falou várias vezes nesta Assembleia da questão da repavimentação do troço entre as Viúvas e o limite do concelho, a caminho de São Pedro de Solis, insistindo que deveria ser executado com a maior brevidade a regularização da sinalização vertical e horizontal. O Senhor Presidente dizia que estava para breve, ia tratar de juntar esta estrada com outras para fazer uma empreitada maior para a sinalização, especialmente a horizontal e os sinais. Até hoje, passados vários anos está na mesma, nem esta nem outras estradas tiveram tal tipo de intervenção. A única coisa que foi feita nesta altura, e depois de muita insistência, foi a substituição de uma placa à saída das Viúvas de “estrada em mau estado”, que era quando ela estava toda esburacada, por outra que dizia “estrada sem marcação”, sugerido por mim e depois o Senhor Presidente às tantas lá mandou mudar a placa. Foi apenas e só a que está à saída das Viúvas para o lado de São Pedro de Solis, que a outra placa, junto à ponte no limite do concelho não chegou a ser substituída, mantinha-se lá dizendo “estrada em mau estado”, apesar dela ter sido reparada. Como também alguns dos sinais que ainda se mantêm desde que a estrada estava em mau estado, estão lá à vista, ainda quando tinha os buracos, ainda estão lá os sinais das lombas e dos buracos, nem esses foram tirados sequer. Isto revela um abandono total deste troço de estrada, que até é bastante frequentada. Agradecia que houvesse um bocado mais de atenção Senhor Presidente da Câmara e do Senhor Presidente da Junta, que não me pode desmentir, porque está mesmo à sua porta este sinal, deveria haver um bocado mais de cuidado com isto. -----

Muito mais questões podiam ser aqui colocadas, pois as incoerências são tantas que ficaríamos aqui o resto da noite e não se acabavam os pontos, pelo que agradece que o Senhor Presidente responda dentro do possível às questões colocadas. -----

De imediato, o Presidente da Assembleia deu a palavra à **deputada** Ana Guerreiro, que iniciou a sua intervenção referindo que irá falar de algumas curiosidades no documento das Grandes Opções do Plano e do Orçamento de 2019. -----

Ao lermos a parte descritiva destes documentos previsionais, Grandes Opções do Plano e Orçamento, deparamo-nos com várias alusões à promoção dos nossos recursos endógenos, no apoio à incrementação do turismo, na economia local, no apoio às empresas, enfim num conjunto de intenções bastante significativas, que nos leva a que procuremos com alguma curiosidade que projetos existem, como é que vão ser concretizados, como é que vão ser desenvolvidos, que verbas estão envolvidas, que apoios estão previstos para as empresas e como é que tudo se vai desenvolver, nomeadamente, no relacionamento entre o apoio direto da Câmara às empresas e às próprias iniciativas da autarquia para a promoção do concelho. Então, ao folhear os documentos, deparei-me que nas Grandes Opções do Plano, na página 1/25, com a rubrica “Viveiros Empresariais – Requalificação do Centro Comercial e de Transportes” com a dotação de 10 euros, “Viveiros Empresariais – Requalificação de acessibilidades” também 10 euros. Na página 20/25 existe nova referência a um viveiro empresarial com um nome grande PEIFAL – Parque de Empreendedorismo, Inovação e Feiras de Almodôvar, também com a dotação de 10 euros. Mais à frente, nas Grandes Opções do Plano, na página 22/25, existe nova referência empresarial, neste caso trata-se do programa revitalização das atividades empresarial com 3 rubricas, cada uma delas com uma dotação de 10 euros também. Mas não ficamos por aqui. Ainda existe outra referência na página 24, com o nome de adaptações de espaços municipais para empreendedorismo, temos 4 rubricas cada uma com os habituais 10 euros. Assim, realmente parece-nos que este orçamento não nos merece grande credibilidade, é um registo que fazemos do rigor destas intenções para 2019. Não merece muitos comentários, a não ser que os 10 euros de dotação se transformem em milhares ou milhões e que destas 4 propostas alguma se vá concretizar. Talvez com o apoio do novo quadro comunitário, como é referido na nota de enquadramento assinada pelo Senhor Presidente da Câmara, que pelos vistos consegue ter um novo quadro comunitário só para ele. -----

Em resposta, o **Presidente da Câmara** começou por responder ao senhor deputado José Guerreiro dizendo-lhe que aquilo que está no orçamento corresponde aquilo que está aprovado. Poderá haver eventualmente algum projeto que por falta de tempo de alguma instituição, ou nossa, não tenha sido assinado contrato, mas está a informação. Se há aqui algum que não está aprovado a falha é sua, que solicitou para os colocar sem eventualmente terem essa informação. Se assim foi é um erro que deve ter cometido, mas pensa que não. -----

Relativamente à questão dos 400 mil euros que surgem como receita do Parque de Caravanismo BTT, Centro de BTT e Estação de Serviço de Caravanismo, são 3 projetos com dotação do Turismo de Portugal para a Câmara de Almodôvar, a dotação está reservada, um deles dos projetos o contrato já está assinado, o outro está marcada a assinatura do contrato e pensa que são cerca de 400 mil euros, não podendo agora precisar. -----

Sobre a questão do 1 milhão e 760 mil euros temos contratos assinados, não temos visto do Tribunal de Contas, que deve estar a chegar, solicitaram mais documentos e julgo que está por aí a aparecer. -----

Sobre a questão dos 500 mil euros e 300 mil euros para a Creche, os 500 mil euros que estão aí são receita proveniente do empréstimo de 1 milhão e 760 mil euros, onde estão 500 mil euros dotados para a Creche e os 300 mil, o projeto está em desenvolvimento, estimamos um custo de 800 mil euros, portanto, o valor que estamos colocar para o ano de 2020 é estimativa. A localização é na cerca que chamamos “Armazém do Sr. Jesuíno” na Cerca Mártir e Santo. Mudámos a intenção com consulta a entidades da área em Almodôvar, nomeadamente, a Santa Casa da Misericórdia e a CERCICOA, em termos da Ação Social, perguntando o que é que achariam melhor. Questionaram informalmente também algumas pessoas e, por uma questão de transporte e localização e de estar mais próximo do centro da Vila, a maior parte das pessoas disse-nos que era mais interessante ficar aqui junto ao centro. -----

Decidimos que não devia ser na Cerca da Presença, tivemos um problema inicial com a Cultura por causa da Igreja de Santo António, tivemos alguma dificuldade em convencê-los que a Creche devia ser feita ali, queriam um espaço muito grande à volta, que nos ia fazer perder muito espaço e o executivo com a sua capacidade de decisão decidiu que avançariam para a cerca que chamaram de “Cerca Mártir e Santo”, eventualmente o nome é ainda simbólico. -----

Sobre o autocarro recebemos o “visto” do Tribunal de Contas, ontem, dia 29. Passados 3 meses de espera recebemos o “visto” do Tribunal de Contas. Portanto o processo está pronto e o autocarro virá assim que os nossos motoristas forem receber formação, julgando que isso aconteça quando terminarem as aulas, neste período de férias escolares. Têm que ir receber formação 1 dia ou 2. -----

“Cerca da Nora” estamos com alguma dificuldade em aprovar a intenção de projeto junto dos moradores. Existe um conjunto de moradores que acham que o que nós estamos a propor para lotear o lote 21 da “Cerca da Nora” não será uma boa solução. Estamos a tentar preparar uma outra solução, uma intenção de projeto, um esboço do projeto, para que os moradores daquela zona estejam connosco e possamos assim aprovar um projeto e poder depois a seguir infraestruturar a zona, para colocar ali 6 lotes de construção. -----

Sobre o Museu de Arte Sacra, é um Museu que fazemos com recursos próprios, ou assim o entendemos fazer, é um projeto que já anda aqui há 2 anos, tem sido difícil convencer os Senhores Padres de que é necessário ir buscar peças às igrejas locais, mas havemos de lá chegar. No ano de 2018 estivemos um pouco parados neste projeto, vamos voltar a batalhar agora no ano de 2019. -----

Quanto ao Museu do Pão, enquanto a Segurança Social não efetuar a permuta ou a venda connosco da “Casa do Povo”, não teremos eventualmente capacidade. É uma intenção de projeto fazer o museu do pão, ou melhor, o Centro Interpretativo do Pão, até porque consideramos Almodôvar como uma das capitais do pão alentejano e

faz todo o sentido ter esta ideia, é uma intenção de projeto que continua nas nossas GOP e se surgir uma novidade já lá está. -----

O altar da igreja está em perigo de cair, o Senhor Bispo estará cá na terça-feira e nessa altura quer mostrar-lhe a igreja. -----

Aproveita para convidar todos os presentes para a inauguração da estátua do mineiro na rotunda da Entrada Sul, que vai acontecer na próxima terça-feira, dia 4 de dezembro, dia de Santa Bárbara, pelas 15:30 horas com a presença do Senhor Bispo e também da Diretora Regional da Cultura. Calcula que tenham recebido os convites que foram enviados pelo departamento de Comunicação. -----

A Câmara não tem tido condições, talvez tenhamos tido condições financeiras para reparar um altar, não temos tido condições de autorizações de mexer na igreja como gostaríamos. Lembra por exemplo que desde junho que está à espera de uma autorização para fazer um acesso a mobilidade reduzida na Igreja Matriz e não está a ser fácil a autorização e é necessário fazê-lo. -----

Apreciámos um dia às 9 horas as pessoas que vão à missa e verificámos que há uma dificuldade de subir e descer as escadas. E se for uma pessoa com cadeira de rodas ou carrinho de bebé tem que ir pela sacristia, não é fácil e estamos desde junho a tentar convencer este novo Bispo que é uma boa solução. Já lhe foram apresentadas 3 ou 4 propostas e até ao momento nenhuma foi do agrado, porque tira o "brilho" da igreja, tira aquilo que se espera de uma igreja, é verdade, mas os tempos são outros e esperamos convencê-lo. Terça-feira o Senhor Bispo está cá, está planeada uma visita à igreja e está confiante que conseguirá convencê-lo "in loco". De facto não é da responsabilidade da Câmara, não podemos também assumir tudo, as igrejas não são nossas, mas sempre no histórico da Câmara de Almodôvar se tem dado os apoios necessários às igrejas, portanto não é agora que não vamos deixar de o fazer. É uma questão de protocolo, uma questão de autorização. ----

Sobre os transportes e comunicações e as diferentes rubricas que o Senhor Deputado menciona, se for analisar orçamentos dos últimos 15 anos encontrará certamente dezenas de rubricas que não estão dotadas, que aparecem nos orçamentos com 10 euros, com cinco, com cinquenta, com cem. Para quê? Para fazerem parte do orçamento e depois se houver disponibilidade financeira acrescenta-se dinheiro a essa rubrica, tira-se de outra rubrica onde não se gastou, se houver apoios comunitários já lá está a rubrica, para não termos que andar a fazer uma revisão orçamental há pressa. Se houver sobras, se houver investimentos, está lá a rubrica. A rubrica no orçamento reflete intenções, mas na sua grande parte, e os Senhores Deputados mencionaram alguns aspetos, faltou-lhes mencionar muitos porque há muitas rubricas no orçamento que estão a 10 euros e sempre estiveram em anos anteriores da minha gestão, de outra gestão. Estão sempre em todas as Câmaras, faz parte porque têm que lá estar. Naturalmente que gostaria muito de as ter todas com a verba correta, mas isso significava que só podia apresentar um orçamento para 3 ou 4 projetos, ou seja, todo o orçamento que está aqui não podia existir, porque se fosse dotar exatamente as rubricas com o dinheiro necessário para cada uma praticamente esgotava ao fim de 2 ou 3 projetos. Agora à medida que o ano

vai decorrendo, e a Senhora Deputada disse aqui uma situação que me agradou imensamente, “parece que o apoio comunitário é todo meu”. Quem me dera que assim fosse, porque assim poderia executar mais obra, mas como sabem há obras que ficam por executar do ano anterior e quando passam para o ano seguinte, quando essa obra é executada, a verba em orçamento é disponibilizada e nós depois em abril ou Maio, quando fazemos aqui também a nossa aplicação do saldo de gerência, aplicamos essa verba precisamente nessas rubricas onde temos os projetos e onde existe condições para executar esses projetos. -----

Aprecia a análise dos Senhores Deputados e fica satisfeitíssimo que até agora não tenham criticado rubrica nenhuma por estar com muita dotação, mas só as que têm falta de dinheiro. Isso reflete alguma inteligência da sua parte enquanto dirigente municipal, pois não está aqui a inventar, está simplesmente a dizer que quer fazer se houver capacidade, se não houver não as fará. Não se quer valorizar, mas acha isso um ato de gestão inteligente para si ou para qualquer autarca, de qualquer das maneiras, detetaram um facto que é realidade, há inúmeras rubricas que não têm dotação. -----

Há aqui uma situação em que o Senhor Deputado tem toda a razão, quando fala da Estrada das Viúvas. Havia necessidade de ter sido feito já em 2017, a pintura daquela Estrada até à Graça de Padrões e é uma falha sua porque não dotou logo a rubrica e no ano 2018 não houve dinheiro suficiente para a fazer, ou seja, as prioridades foram outras e a verba que não veio de fundos comunitários e que não passou do saldo de gerência, porque não sobrou, não foi suficiente para fazer as obras que tínhamos planeado. Acontece, é normal, o dinheiro não cai das árvores e não chega para tudo, mas de facto há obras prioritárias que foram lançadas e que estão a ser feitas e que continuam e só não fazemos mais porque às vezes temos o azar que já se mencionou aqui com estes empreiteiros que às vezes nos falham. De qualquer das maneiras é uma obra, a pintura tem de ser feita que a estrada de noite e com nevoeiro já está em perigo e reconhece isso publicamente. -----

Quanto à questão de Santa Cruz à Ribeira do Vascão, os Senhores Deputados saibam que existe um projeto em curso, tem contrato até dia 30 de dezembro, naturalmente se houver 1 semana de falha também ninguém morre. Para o projeto de beneficiação da estrada entre o limite do concelho da freguesia de São Pedro Solis, concelho de Mértola, com Almodôvar, Santa Cruz até ao Dogueno e Santa Cruz até à ponte do Vascão no acesso ao Algarve. Estes cerca de 3 mil euros são do projeto referente a esta parte. Existe também uma outra rubrica com o número da Estrada “Beneficiação do troço Santa Cruz – Dogueno” que tem mais de 20 mil euros, que são a outra parte. Dividimos em 2 fases não vá acontecer alguma coisa, e depois existir verba para uma e não existir para outra assim, são 2 fases do mesmo projeto. -----

Sobre a questão da incoerência já respondeu. Há partes que estão incoerentes, é verdade, nós dizemos que queremos fazer uma obra e depois não temos lá dinheiro, mas queremos fazê-la e logo que exista a possibilidade a obra está lá mencionada, a rubrica existe e de onde sobrar aplicaremos nessa rubrica como sempre fizemos e



sempre fazemos e como todos os Presidentes de Câmara fazem. Fala com os meus colegas e todos eles usam esta técnica, que é a única possível, porque senão cada semana que passasse, tinham que andar a fazer reuniões de Câmara e sessões da Assembleia extraordinárias para colocar rubricas novas no orçamento, o que não é aceitável nem gerível. -----

Só para terminar, responde à Senhora Deputada Ana Guerreiro, que lhe deixa uma questão sobre empreendedorismo. Têm andado a lutar já há muito tempo por apoiar mais o empreendedorismo, conseguiram lançar um projeto único no distrito de Beja, com dinheiros próprios, de apoio a pequenos investimentos privados, lançaram esse projeto em fins de 2016 princípio de 2017, foi um sucesso, esgotou a verba que tinham dotado. Estão agora a fazer uma alteração que irá a reunião de Câmara para consulta pública, para alterar o regulamento, algumas situações que nós não gostamos, nomeadamente, algum aproveitamento do valor de apoio. A intenção é inovadora na Câmara e no Baixo Alentejo, há projetos que são feitos com a ESDIME, com o Estado, mas este é dinheiro próprio da Câmara e estamos a lutar, como sabe, também há mais de um ano para avançar com a obra da Plataforma Logística na saída de Gomes Aires junto à Autoestrada e esse parece-lhe estar com muito boas condições para avançar. É um daqueles projetos que fará todo o empenho um esforço financeiro, porque no fundo é um bocadinho o futuro de Almodôvar. Eventualmente não poderemos já combater Messines, mas não podemos nunca ficar atrás em relação aos outros. Mas a nossa zona ali merecia ter já alguma pujança, porque estamos bem localizados: EN2, A2, IC1 etc. e não estamos a tirar proveito dessa parte. -----

Sabe que gerir uma Câmara muitas vezes requer um bom planeamento, mas às vezes o planeamento que se planeou não se consegue. Temos que gerir de maneira diferente, consoante os fundos que vêm ou das aberturas de avisos que vêm, que são para áreas que nós nem imaginávamos. Estávamos a planear fazer qualquer coisa e de repente surge um aviso. Agora há pouco tempo surgiu um aviso para logística de descarbonização. No orçamento do ano passado nunca nos ocorreria colocar tamanha coisa, no entanto ele surgiu e aproveitámos. Os técnicos fizeram a candidatura e foi aprovada e vamos inovar ligeiramente no nosso Mercado Municipal com os produtos frescos. Uma candidatura que nem por sonhos saberíamos que aparecia. Portanto, às vezes o planeamento não é suficiente e surgem de repente avisos que temos de estar preparados. Se eu não tivesse tido no orçamento uma rubrica a 10 euros chamada “Ambiente”, não tinha podido aproveitar a candidatura. Assim ela estava lá e aproveitámos e a rubrica será dotada quando o dinheiro chegar.-----

O deputado **José Guerreiro**, no uso da palavra referiu que relativamente à verba para o infantário fala-se em 500 mil euros para este ano e 300 mil para o ano que vem, mas que ainda não tem “visto” do Tribunal de Contas, portanto parece-lhe que não deviam ainda constar do Orçamento.-----

Quanto à Creche, se já não vai ser na Cerca da Presença, porque há imensas dificuldades por causa da igreja do Santo António, parece-lhes que o Mártir e Santo

não devia ser o lugar melhor. Por isso, propõem que se reconsidere e, com toda a humildade, consideram que a alternativa que irão apresentar será melhor para a Autarquia. Trata-se daquele terreno no loteamento do Maldonado, que esteve 10 anos sob a tutela do Ministério da Justiça, que era para a construção do novo tribunal, o que levou a que não se pudesse fazer nada durante esse tempo. Mas como o prazo já passou e voltou para a posse da Câmara, agora já pode fazer o que quiser dele. E assim sendo, este espaço com 4 mil metros quadrados, já com todas as infraestruturas, localizado num bairro residencial, parece-lhes o mais indicado para optar para a implantação deste infantário, pois para além das infraestruturas já executadas tem uma área bastante extensa para um bom projeto, que permitiria fazer recreios, zonas ajardinadas e bastante estacionamento. É uma zona boa, calma, sem muito trânsito e parece-lhe que se deveria considerar seriamente esta alternativa. Ficará à consideração desta assembleia e do executivo em funções. -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia colocou à votação a PROPOSTA DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA VIGORAR NO ANO DE 2019, tendo a Assembleia Municipal, **por maioria**, com 17 votos a favor (PS), 4 votos contra (PSD), **deliberado o seguinte**: -----

**Aprovar as Grandes Opções do Plano e Orçamento, para o ano 2019**, cujos documentos fazem parte integrante da presente ata, e ficam arquivados na Câmara Municipal. -----

**DECLARAÇÕES DE VOTO:** -----

A deputada Andreia Guerreiro, em nome do Grupo Municipal do PSD proferiu a seguinte declaração de voto: -----

“Na análise efetuada aos documentos provisionais para 2019 já foi defendido pelo nosso Vereador em reunião de Câmara, e também subscrevemos na bancada do PSD nesta Assembleia, que no atual estado de desenvolvimento do concelho com a necessidade de investimento existente não é justificável sob qualquer ponto de vista a bem de políticas sustentáveis e com visão de futuro que a repartição dos recursos financeiros se faça como é apresentada neste orçamento. Com um orçamento previsível de 16.640 mil euros não podemos afetar quase  $\frac{2}{3}$  a despesas correntes, consideramos que esta é uma repartição que não serve o futuro de Almodôvar que deveria merecer especial atenção e mais investimento que por sua vez deveria ter uma definição muito criteriosa em termos de prioridades. Pensamos que também deveria ser maior preocupação em dar uma especial atenção às fontes de financiamento, nomeadamente aos financiamentos comunitários. Ora é exatamente esta atenção e preocupação que não encontramos na elaboração destes documentos provisionais. Recordamos que ultimamente as contas desta autarquia primam sempre por uma boa execução no que diz respeito a despesas correntes e uma muito má execução no capítulo dos investimentos e repetindo-se essa situação no final de 2019 o rácio das despesas será de  $\frac{3}{4}$  para as correntes e  $\frac{1}{4}$  apenas para o investimento o que se torna no presente e a prazo numa possível hipoteca do desenvolvimento do nosso concelho. Vamos ter um aumento de despesa com pessoal superior a 16% e

prevê-se gastar cerca de 2 milhões e meio em transferências correntes e outras atividades chamadas recreativas e culturais pensamos que é claramente exagerada esta despesa e que estas políticas deviam ser repensada e a sua execução muito mais rigorosa e justa. Um dos exemplos mais flagrantes e que provam tudo o que atrás foi dito é o facto da política de equilíbrio orçamental passar de uma folga de 1 milhão e 364 mil euros em 2018 para pouco mais de 200 mil euros em 2019. No que diz respeito a novos investimentos e na leitura que a bancada do PSD faz destas Grandes Opções do Plano temos visões bastante afastadas no que concerne às prioridades que deveriam ser observadas, num concelho onde é fácil estarmos de acordo relativamente ao que é necessário porque todos o conhecemos e queremos acreditar que todos queremos o seu melhor não deixa de ser estranho esta diferença de pontos de vista. Contudo, afirmamos aqui que estamos dispostos para contribuir e apresentar propostas alternativas sobre investimentos e prioridades que poderiam ser repensadas se existisse abertura desta maioria para conversarmos sobre esta matéria. Um outro aspeto que não posso deixar de salientar é o facto de constar como receita um empréstimo que ainda está em processo do “visto” do Tribunal de Contas. Pensamos que o mais correto seria esperar a conclusão do processo e depois se for favorável a decisão aplicar essa receita através de uma revisão orçamental. Por tudo o atrás exposto lamentamos mas não podemos votar favoravelmente.” -----

O deputado Luís Martins, em nome do Grupo Municipal do PS proferiu a seguinte declaração de voto: -----

O documento que acabamos de aprovar, o Orçamento e as Grandes Opções do Plano, são documentos previsionais que refletem as linhas gerais de orientação estratégica que um município tem para o desenvolvimento do nosso concelho. Estes documentos, como aqui o Senhor Presidente já explicou, não são estáticos e normalmente quem aqui já faz parte deste órgão sabe que por volta de abril, na sessão de aprovação de contas do ano anterior, costuma ser aprovada também uma alteração ao Orçamento por conta da inclusão do saldo de gerência. Por isso, não é de estranhar que tenham rubricas com projetos que se pretendem efetivamente realizar, e o Senhor Presidente referiu aqui alguns, que nós olhando para o Orçamento podemos ficar na dúvida se realmente é prioridade realizá-los, ou não, mas que com esse saldo de gerência irão com certeza depois ter a dotação devida como efetivamente tem acontecido nos últimos anos. -----

O presente Orçamento segue uma linha de continuidade no que respeita às opções e aos projetos políticos dos anos anteriores, nesse sentido verifica-se que existe uma especial atenção às questões sociais e no apoio à família, nomeadamente, com o aumento das rubricas relativas ao cartão “Almodôvar Solidário”, ao apoio à família no incentivo à natalidade, nos transportes aos estudantes ou nos programas ocupacionais de jovens e ainda saúde na criação do cartão “A BEM”. Dá-se também seguimento a uma política de promoção do concelho, assente numa estratégia de divulgação e de valorização dos produtos locais e do nosso património local, quer

seja através da realização de eventos próprios como na participação em outros certames. -----

Está também incluído nos documentos que agora aprovamos alguns investimentos que consideramos importantes, nomeadamente na modernização administrativa, a mobilidade ou no âmbito social, nomeadamente com um projeto que nos é muito querido que é a nova Creche. Refere também com agrado o contínuo investimento e apoio que o nosso município atribui ao movimento associativo do nosso concelho, é também de certeza graças a esse apoio que somos um concelho tão dinâmico ao nível cultural, desportivo e associativo. -----

Pelo atrás mencionado e porque este documento que esta maioria no executivo apresenta está de acordo com o programa eleitoral que foi sufragado há pouco mais de um ano, com uma maioria esclarecedora dos cidadãos do nosso concelho, acho que é em bom rigor, em consonância com o que foi a decisão do povo Almodovarense, não podia merecer outro voto senão o que a bancada do Partido Socialista teve, que foi a de aprovar este documento. -----

#### **C.2 - APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE O MAPA DE PESSOAL PARA VIGORAR NO ANO DE 2019:** -----

O **Presidente da Assembleia** neste ponto referiu que todos tiveram ocasião de receber atempadamente a proposta, agora em discussão. Referiu que este documento foi elaborado em função de um diagnóstico de necessidades que o Executivo levou a cabo, verificados nos diferentes serviços e unidades orgânicas e como não podia deixar de ser, articulado ao abrigo da lei em vigor. -----

Continuando, solicitou ao Presidente da Câmara que fizesse sinteticamente as observações que entendesse serem pertinentes. -----

O **Presidente da Câmara** explicou que o Mapa de Pessoal de 2019 reflete as necessidades do município, que o executivo acha que são imprescindíveis. Também deve dizer que no ano de 2018 tinham a ambição de colocar mais pessoas das que aquelas que conseguiram realmente colocar e este facto teve a ver com questões orçamentais, mas também teve essencialmente a ver com uma outra coisa. O Executivo, no início do ano deparou-se com a obrigatoriedade de abrir procedimentos para precários, e abriu 27 procedimentos, e não colocámos mais pessoas a trabalhar na Contratação Pública, nem na área Administrativa, nem nos Recursos Humanos para trabalharem na abertura destes procedimentos todos. Cada procedimento leva o seu tempo, portanto o número que tínhamos de colaboradores previstos não foi cumprido por diversas razões, entre elas, também a sua própria decisão enquanto líder do Executivo, que achou que não devia onerar mais o orçamento, quando queria terminar obras e quando queria aplicar esse valor em obras e governamo-nos um bocadinho com a prata da casa. Mas também realça que para as escolas, os Museus, etc. estarem a funcionar, tiveram de aplicar mais dinheiro em despesas de contratação de serviços a entidades terceiras, empresas de contratação temporária. Querem acabar com essa situação, ainda que não de todo, se não for possível, mas o mais rápido possível e queremos apetrechar a Câmara para as novas realidades

que aí vêm para a dificuldade existente neste momento na Câmara, nomeadamente, mais na área operacional do que propriamente em áreas de gabinete, não deixando de lado os gabinetes que também temos necessidade. Em 2019 estamos com uma abertura para 273 postos de trabalho, sendo que 208 estão ocupados. Temos 34 postos de trabalho cativos, ou seja, pessoas que pediram mobilidade que não estão na Câmara e temos 31 lugares vagos para abrir, precisamente cerca de 28 novos lugares, porque destes 31, três lugares têm a ver com os professores das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC). Irão tentar abrir os 28 postos de trabalho, no entanto diz o mesmo que disse o ano passado, irão tentar se o orçamento permitir e se também a nossa capacidade administrativa permitir, porque às vezes não é possível. Irão tentar o máximo possível, dentro das possibilidades administrativas e financeiras da Câmara de Almodôvar, mas esta é a realidade que precisamos. -----

Quer também salientar que relativamente às questões de vencimento, é normal que exista um aumento de vencimento, porque vamos colocar mais pessoas, porque subimos o vencimento de uma série de pessoas em 2018, fruto do descongelamento de carreiras e também porque pretendem fazer o mesmo para 2019, fruto do Orçamento de Estado de 2019, que permite a atribuição de novas categorias ou de subida de colaboradores. Também o pessoal dos gabinetes este ano teve o ordenado aumentado por força do orçamento e da legislação e também porque tudo isto quando se aumenta um vencimento também se aumenta, naturalmente, o pagamento à Segurança Social, o seguro, o pagamento de todas as contribuições, etc. Portanto, quando aumentam um vencimento, não é só o vencimento em mais 50 ou 100 euros que está em causa. -----

Quero também mencionar que foram reclassificados alguns colaboradores, que passaram para posições novas que já eram merecedoras e que cá estavam há muito tempo. Tudo isto, no seguimento do SIADAP, também já está contemplado no orçamento de 2019, todas as subidas possíveis, porque não queremos ficar atrás de Câmara nenhuma em relação à compensação aos funcionários. -----

Se de facto aumenta o custo da Câmara em vencimentos é por uma boa razão e não estamos fora do âmbito daquilo que era a realidade em 2010 nem em 2013 quando entrámos na Câmara. Estamos perfeitamente bem em relação ao rácio despesa/ receita e se estes colaboradores fazem falta, então não há motivo para que todos os deputados não votem favoravelmente. Esta é a sua opinião pessoal e também política, pois ao não votarem favoravelmente este Mapa de Pessoal, aí sim, estamos a atrasar o desenvolvimento da Câmara Municipal, porque não estamos a permitir que esteja dotada com o número de pessoas que achamos suficientes. De qualquer das maneiras o sentido de voto fica ao critério dos senhores deputados, esta é a nossa proposta, está conforme a legislação, está toda ela contemplada no orçamento, daí que não teremos esse problema, mas sim um problema de decisão política. -----

O **Presidente da Assembleia**, no âmbito deste ponto, abriu as inscrições para intervenções, tendo-se inscrito o deputado Alexandre Guerreiro. -----

De seguida, o Presidente da Assembleia deu a palavra o **deputado Alexandre Guerreiro**, que começou por dizer que o Mapa de Pessoal para 2019, como o Senhor Presidente já teve a oportunidade de referir, reflete as carências identificadas pelo executivo em matéria de recursos humanos, contemplando os postos de trabalho que previsivelmente serão necessários para a prossecução das atividades definidas para o exercício de 2019. O facto de esta não ser uma realidade estática e de o Mapa de Pessoal contemplar previsões para aquilo que poderão ser as necessidades do município em matéria de recursos humanos, confere flexibilidade na gestão orçamental das verbas afetas a esta rubrica, que em função das necessidades que efetivamente se vierem a verificar poderão ser redistribuídas. Partindo destes pressupostos e com a garantia da manutenção da sustentabilidade financeira da autarquia, o grupo municipal do Partido Socialista manifesta a sua concordância com o Mapa de Pessoa em análise. De facto, e como já tivemos oportunidade de referir aqui anteriormente, para além de suprir as necessidades de pessoal da Câmara Municipal, a admissão de novos trabalhadores terá igualmente o mérito de combater a taxa de desemprego no concelho de Almodôvar e por essa via contribuir para a fixação de famílias no nosso concelho, condição essencial para o desenvolvimento económico e social de qualquer região. A este propósito, não podemos igualmente deixar de assinalar que o executivo, com este Mapa de Pessoal para o ano 2019, promove e privilegia a estabilidade das relações de emprego, combatendo dessa forma a precariedade dos vínculos laborais e este parece-nos um ponto fundamental. Desde logo, porque o combate à precariedade e a promoção de relações estáveis de emprego em áreas onde as pessoas são efetivamente necessárias reflete o cumprimento da legislação em vigor nesta matéria, devendo o Estado, neste caso a Autarquia, constituir um exemplo daquilo que são as boas práticas em termos laborais. Adicionalmente, e não menos relevante, importa reter que precariedade e produtividade são termos indissociáveis. A este respeito, o Senhor Primeiro-Ministro, Dr. António Costa, citado pelo jornal Expresso, referia na passada segunda-feira que “o combate à precariedade é central para melhorar a produtividade”. E nós não poderíamos estar mais de acordo com esta afirmação e por isso é necessário encarar a valorização do capital humano como um fator primordial para o desenvolvimento económico e para o aumento dos níveis de produtividade dos trabalhadores. Não podemos esquecer que Portugal, ano após ano continua na cauda da europa em termos de produtividade, circunstância que necessariamente se reflete no crescimento económico do país e só poderemos inverter este ciclo dando estabilidade às pessoas e por essa via fomentando a sua motivação e empenho no âmbito da respetiva atividade profissional. Adotar medidas para reduzir a precariedade no emprego como as que estão refletidas no Mapa de Pessoal para 2019, não só contribui para dignificar o trabalho, como também se afigura fulcral para o desenvolvimento económico e social para o concelho de Almodôvar. De facto, a estabilidade laboral e financeira permite que as famílias façam planos a médio e longo prazo, permitindo-lhes tomar decisões tão simples como a aquisição de habitação própria, o que naturalmente se traduz em ganhos evidentes para a economia local. Este é mais um

contributo para as pessoas criarem raízes no nosso concelho e aqui se fixarem, objetivo que certamente todos nós queremos ver concretizado.-----

Pelas razões acima expostas, acreditamos que esta matéria deverá merecer o apoio e o consenso de todos os Grupos Municipais representados nesta Assembleia e como tal o Grupo Municipal do Partido Socialista votará favoravelmente o Mapa de Pessoal a vigorar em 2019.-----

Não havendo mais pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia colocou à votação o **MAPA DE PESSOAL** do Município de Almodôvar para vigorar no ano de 2019, e respetivos anexos, elaborado nos termos do disposto no artigo 29.º, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, acompanhados da Proposta n.º 149/PRESIDENTE/2018, que foram **aprovados por maioria**, com 17 votos a favor (PS) e 4 abstenções (PSD).-----

**C.3 - APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA REFERENTE À ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA CÂMARA, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO (LCPA), ALTERADA EM ANEXO À LEI N.º 22/2015, DE 17 DE MARÇO E NO DECRETO-LEI N.º 127/2012, DE 21 DE JUNHO, ALTERADA E REPUBLICADA PELO DECRETO-LEI N.º 99/2015, DE 2 DE JUNHO:**-----

O **Presidente da Assembleia** submeteu a Proposta n.º 155/PRESIDENTE/2018, exarada em 05 de novembro de 2018, para análise e discussão, referindo que a mesma decorre da Lei.-----

Prosseguindo, disse que este procedimento é agora aqui apresentado, de modo a tornar mais eficaz e célere o desempenho do Executivo Camarário, ficando este com o compromisso e obrigação de apresentar informação à Assembleia dos Compromissos que forem assumidos neste âmbito, ou seja, a Assembleia autorizará, ou não, a Câmara a assumir estes compromissos e a Câmara por sua vez compromete-se a dar conta dos compromissos para que foi autorizada.-----

Avançando, o Presidente da Assembleia pediu ao Presidente da Câmara que fizesse uma breve exposição, para melhor esclarecer sobre esta matéria.-----

Tomando a palavra, o **Presidente da Câmara** referiu que o Presidente Assembleia disse tudo, apenas há que salientar a morosidade que se cria nestas situações e que não têm qualquer lógica. Se cada vez que queremos fazer um Compromisso Plurianual se o mesmo tiver que vir à Assembleia, complica e por vezes não é lógico nem exequível. Portanto, o que estão a propor é aquilo que têm feito em anos anteriores, isto é, que até cerca de 100 mil euros e desde que não ultrapasse 3 anos consecutivos, que a Câmara tenha autonomia própria para decidir a plurianualidade e não tenha que vir à Assembleia para decisão, mas sim para informação, que também decorre da lei.-----

Seguidamente, o **Presidente da Assembleia**, no âmbito deste ponto, abriu as inscrições para intervenções, não se tendo registado inscrições.-----

Estando a Assembleia elucidada e não havendo pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia colocou à votação a **Proposta n.º 155/PRESIDENTE/2018**, de 05 de novembro de 2018, referente à **Assunção de Compromissos Plurianuais - Delegação de Competências na Câmara**, que foi aprovada por unanimidade, com 21 votos a favor (PS, PSD). -----

**C.4 - APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE, COM VISTA AO RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL REQUERIDO PELA EMPRESA AFRICA LAND, RELATIVAMENTE AOS PROJETOS AFRICA SAFARI PARK E AFRICA SAFARI LODGE:** -----

O **Presidente da Assembleia** introduziu o tema e referiu que os Senhores Deputados tiveram também ocasião de ver o documento e solicitou que considerassem as seguintes correções: -----

“Na página 1/2 da proposta que nos é apresentada, há um pequeno lapso relativamente à questão do Projeto África Safari Parque: onde fala na área previsível de “124,7 há”, deve ler-se “124,7 ha”, de hectares. O símbolo tem um acento a mais, façam favor de tirar o acento do “a” porque assim passa a ser do verbo haver. Depois onde se lê “... composto por diversas especiais animais selvagens” deve ler-se “diversas espécies de animais selvagens”, que até poderão também ser especiais. -----

Prosseguindo, e relativamente à matéria em apreço, referiu que com certeza tiveram ocasião de formular juízos de valor. Refere-se aqui algumas questões de protocolo, que previsivelmente já poderão estar alinhados, quer com o Centro de Produção do Lince Ibérico, uma Associação que até tem trabalhado bastante bem com as escolas e também um protocolo com a universidade de Évora nesta questão dos animais.-----

A propósito do tema, referiu que seria uma excelente iniciativa celebrar protocolos com as escolas do concelho, em termos de visitas de estudo, ou outro género de estudos, seria uma iniciativa bastante interessante, para além dos 55 postos de trabalho diretos que previsivelmente se irão criar. -----

Continuando, o Presidente da Assembleia pediu ao Presidente da Câmara que fizesse uma breve exposição, para melhor esclarecer sobre esta matéria. -----

O **Presidente da Câmara** referiu que já teve oportunidade de falar com algumas pessoas sobre este assunto, o “África Safari Parque” tem sido um assunto que não tem mencionado com frequência, e reserva-se esse direito, porque tem lutado muito na Câmara conjuntamente com o advogado da empresa, para conseguir pôr este projeto de pé. Neste momento, o projeto em termos de construção de hotel está todo entregue na Câmara. Tem sido uma luta com o AISEP, com o ICNF, com o Ministério da Agricultura, com o Ministério do Ambiente, e tem acompanhado a empresa sempre em todos estes pareceres e todas estas visitas a Lisboa. Poderão dizer-lhe que não precisava ir, se calhar não, mas estando presente a instituição Câmara Municipal, demonstra aos seus Diretores Regionais e Nacionais que há um interesse muito grande da Câmara na instalação desta empresa, ou de outra qualquer



desde que venha investimento, especialmente sendo privado e com previsão de empregabilidade. Este projeto prevê animais que precisam de tratamento constante, desde veterinários até pessoal que os trate, que faça limpeza e depois, por sua vez, tem também a área hoteleira com cerca de 35 a 40 bungalows, que vão permitir ter um hotel de 5 estrelas completamente diferenciador daquilo que se faz no país. Só deseja realmente que a empresa tenha um grande sucesso e que os benefícios sejam para a Câmara de Almodôvar e para todo o concelho em termos de emprego. ---

Aquilo que está aqui inerente nesta proposta é a tentativa de manter esta empresa ativa no concelho e começar a funcionar, começar a investir, começar a fazer projetos, aquilo que for necessário, para não terem aquela ideia que é difícil, porque nós sabemos, isto são investidores com origens Portuguesas mas com negócios em Angola, que estão habituados a trabalhar numa metodologia diferente da nossa e aqui as coisas são muito complicadas. Todos os Institutos complicam, o Ministério do Ambiente, o ICNF, se calhar com razão, mas este pessoal não está habituado a estes todos estes trâmites, por isso, a Câmara Municipal de Almodôvar esteve sempre ao lado desta empresa, e continuará a estar, como esteve na Herdade dos Toucinhos e como estará noutras. Quanto à questão do Interesse Municipal, a exigência da Câmara foi que a empresa tivesse sede em Almodôvar, para que a Derrama, o IRC, para que todos os impostos vertessem aqui no nosso município e foi que na seleção da empregabilidade dessem sempre prioridade a Almodôvar. Não podemos controlar isso, mas, pelo menos há um compromisso, olhos nos olhos. Foi-lhes dito que poderiam investir à vontade, desde que cumprissem as regras de loteamento, de urbanismo, de proteção à fauna e à natureza etc. Todos esses compromissos têm sido assegurados e estamos em condições de solicitar o projeto de Interesse Municipal, para poder também beneficiar esta empresa quando vierem pagar as licenças de construção, quando vierem colocar projetos novos na Câmara, que possamos dar-lhes não somente prioridade como também descontos inerentes a este tipo de projetos, porque uma empresa que investe 10 milhões de capitais próprios no concelho, naturalmente tem de ter um tratamento, não VIP, mas pelo menos personalizado e é isso que queremos fazer. -----

Já fizemos este tratamento também à Herdade dos Toucinhos, que passou aqui nesta Assembleia, e já fizemos também ao investidor local o Senhor “José da Lança Investimentos”. Portanto temos todas as condições reunidas para fazer também o mesmo a este investimento que são dois projetos num: é um projeto de natureza, um projeto de animais selvagens com espécies diversificadas e um projeto de hotelaria dentro deste projeto. Julgo que Almodôvar vai ficar a ganhar e só desejo, e penso que todos os Senhores Deputados estarão comigo, que o projeto vá mesmo para a frente, que não existam falhas no caminho, pois se houver alguma pedra será o primeiro a ir tirá-la porque quer que o projeto avance. -----

Continuando, o **Presidente da Assembleia** no âmbito deste ponto abriu as inscrições para intervenções, tendo-se inscrito o Senhor Deputado Jorge Marques.---

O Presidente da Assembleia deu a palavra ao **deputado Jorge Marques**, que iniciou a sua intervenção dizendo que nem sempre vêm aqui dizer mal ou não fazer as

aprovações necessárias. Neste projeto, congratulam-se com este investimento proposto, nomeadamente com os indicadores económicos que aqui estão, que são os 10 milhões, os 55 postos de trabalho, o número de visitantes previstos muito significativo, também os protocolos com a Universidade de Évora e com o Centro do Lince Ibérico, tudo isto é importante e todos os investimentos são sempre bem-vindos ao concelho. -----

Contudo, têm uma questão a colocar, se o Senhor Presidente os puder informar. Qual é o curriculum desta empresa, nomeadamente na área do turismo e da natureza? O projeto já foi entregue? Como já tivemos experiências no passado, nesta Herdade, gostariam que o Senhor Presidente nos esclarecesse sobre este investimento. -----

Em resposta, o **Presidente da Câmara** disse que coincidentemente foi uma das primeiras questões que colocou à empresa. A empresa em causa só tem dinheiro, são investidores. Fizeram um contrato que eu não tive acesso, mas presenciei a reunião, aconteceu aqui na Câmara Municipal com um grupo hoteleiro. Pensa que já tenham feito o contrato para explorar a parte de hotelaria e está contratado um veterinário especializado em animais de safari, que está cá em Almodôvar, trabalha cá todos os dias, para implementar o projeto da parte dos animais. Não sabe se o dono da empresa tem alguma experiência em animais. Sabe que a esposa é veterinária e trabalha num safari, sabe que existe uma grande vontade de implementar isto, nesta herdade, e não só querem fazer uma vivenda, querem fazer um espaço rural muito engraçado, segundo o projeto que está na Câmara. Quanto à parte hoteleira, a primeira coisa que disseram é que não tinham condições para explorar o hotel. Sabe que existe esse grupo hoteleiro em negociações, julga que já está o negócio quase feito e nessa parte estamos no bom caminho. Tem mais receio, e deve confessá-lo, é que as pessoas em causa, os investidores, quando comecem a ver as dificuldades de implementar as coisas, com os certificados e com as licenças, se comecem a retrair. E daí que eu comecei desde o primeiro dia a acompanhar o advogado aos diferentes locais, e continuarei a fazê-lo até com prejuízo pessoal, porque ocupa-lhe bastante tempo, mas continuará a fazê-lo, precisamente para assegurar que há uma motivação constante e que ele próprio também pressiona as instituições, porque no fundo trabalhamos todos para o mesmo fim, que é servir o público. Às vezes não se percebe isso quando se lida com um investidor privado e quando o investidor começa aos gritos ou chateado porque que já devia ter o projeto e não tem, já devia ter a licença e não tem. Sei que estão a ter alguns problemas, nomeadamente, com a presença de elefantes, já os tiraram, acabaram por decidir que não era viável porque o ICNF não os autoriza. Está a ver que há aqui situações complicadas e requer a presença de alguém que tenha responsabilidade no concelho, não um especialista, que não é, mas pelo menos tem a responsabilidade autárquica e cumpre-lhe lutar pelos interesses do município e este é um interesse do município.

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia colocou esta matéria a votação, tendo a Assembleia, **por unanimidade**, com 21 votos a favor (PS, PSD),  
**deliberado:** -----

**Aprovar a proposta de Reconhecimento de Interesse Público Municipal** requerido pela empresa Africa Land - Turismo e Natureza, Lda., relativamente aos projetos Africa Safari Park e Africa Safari Lodge, nos termos do artigo 25.º n.º 2 alínea k) do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

**C.5 - APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE RELATIVA À ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL E COMPOSIÇÃO DO RESPECTIVO JÚRI PARA O PROCEDIMENTO COM VISTA AO RECRUTAMENTO DE UM DIRIGENTE DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU - DIVISÃO DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E GESTÃO TERRITORIAL:** -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** introduziu a matéria e referiu que através do documento que os Senhores Deputados irão ter em apreço, é-lhes solicitado emissão de parecer favorável, quer para a abertura do procedimento concursal, quer para aprovação da composição do júri proposto, tendo em conta que o cargo a ocupar deve ser preenchido mediante procedimento concursal. -----

Seguidamente perguntou ao Presidente da Câmara se pretendia, adicionalmente, acrescentar mais algum esclarecimento. -----

Dada a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara**, este explicou que na tarefa que tem, cumpre-lhe decidir algumas questões que por vezes são difíceis. Decidiu há pouco tempo atrás, não renovar a Comissão de Serviço da Chefe da Divisão de Obras, pois achou que precisava de uma nova dinâmica nesta Divisão. Esta Comissão de Serviço ficou assim sem chefia, sendo necessário abrir concurso, que pode ser interno ou externo, pois é um concurso público. Gostaria que os senhores deputados, caso assim o entendam, aprovassem esta proposta que inclui o júri que vai decidir sobre essas candidaturas, não sabe quantas vão chegar e de onde vêm, são necessários alguns requisitos para se candidatarem e o Presidente do Júri que propõe é o Arquiteto Joaquim Farrajota da Ponte que é de momento o Diretor do Departamento de Obras na Câmara de Loulé, para 1.º vogal o Eng.º Rui Pedro Figueira, Chefe da Divisão Técnica da Câmara Municipal de Aljustrel, que já foi também nosso Chefe de Divisão e conhece bem a realidade do concelho, para 2.º vogal efetivo, a Dr.ª Maria Luísa Lança, Chefe da Divisão de Obras e Gestão Urbanística e Ambiente da Câmara Municipal de Ourique. Como vogais suplentes temos o Eng.º Paulo Felizardo das Obras de Mértola e a Dr.ª Paula Banza, chefe da DAF da Câmara Municipal de Aljustrel. Portanto é um júri que está fora de Almodôvar, como exige a lei, presidido por uma pessoa fora do concelho. -----

Espera que os Senhores Deputados entendam esta necessidade e que votem favoravelmente a proposta de concurso público e de júri para o Chefe de 2.º grau da Divisão de Obras. -----

Continuando, o **Presidente da Assembleia** no âmbito deste ponto abriu as inscrições para intervenções. -----

Não se tendo registado pedidos de intervenção sobre o assunto, o Presidente da Assembleia colocou à votação a PROPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE RELATIVA À ABERTURA DE

PROCEDIMENTO CONCURSAL E COMPOSIÇÃO DO RESPECTIVO JÚRI PARA O PROCEDIMENTO COM VISTA AO RECRUTAMENTO DE UM DIRIGENTE DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU – DIVISÃO DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E GESTÃO TERRITORIAL, tendo a Assembleia, **por unanimidade**, com 21 votos a favor (PS/PSD), **deliberado**: -----

**EMITIR parecer prévio favorável**, quer à abertura do procedimento concursal, quer à aprovação da composição do júri proposto, com vista ao recrutamento de um Dirigente de Direção Intermédia de 2.º grau – Divisão de Obras, Serviços Urbanos e Gestão Territorial, nos seguintes termos: -----

**Presidente do Júri:** Arq. Joaquim Manuel Pires Farrajota da Ponte, Diretor do Departamento de Obras e Gestão de infraestruturas Municipais da Câmara Municipal de Loulé; -----

**Primeiro vogal efetivo:** Eng. Rui Pedro Figueiredo Martins Figueira, Chefe da Divisão Técnica da Câmara Municipal de Aljustrel; -----

**Segundo vogal efetivo:** Dr.ª Maria Luísa Silva Lança, Chefe de Divisão de Obras, Gestão Urbanística e Ambiente da Câmara Municipal de Ourique. -----

**Vogais suplentes:** Eng. Paulo António Dionísio Felizardo, Chefe da Divisão de Ambiente, Serviços Urbanos e Obras Municipais da Câmara Municipal de Mértola e Dr.ª Paula Alexandra Caixeirinho Banza, Chefe da Divisão Administrativa e de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Aljustrel, sendo que o 1.º vogal efetivo substituirá o Presidente do Júri nas suas faltas e impedimentos. -----

**C.6 - APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE O PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE TRANSPORTE URBANO DE PASSAGEIROS:**-----

O **Presidente da Assembleia** introduziu a matéria, referindo que esta proposta como é regulamentar foi submetida à consulta pública, e no decurso dessa consulta pública foram apresentadas algumas sugestões pelos serviços municipais e pela autoridade de mobilidade e de transportes da qual resultou o presente regulamento que agora vem aqui a apreciação. -----

Como é habitual gostaria de saber se o Senhor Presidente quer fazer algum aditamento sobre esta material. -----

O **Presidente da Câmara**, no uso da palavra, começou por agradecer, referindo que como há público presente, que não tem acesso aos documentos, convém explicar ligeiramente do que se trata. Quando não temos público os deputados todos recebem os documentos quando há público aprecia muito a ação do Senhor Presidente da Assembleia, uma vez que é bom esclarecer para que não fique qualquer dúvida. ---

O Regulamento Municipal de Transporte Urbano de Passageiros seguiu os trâmites normais da legislação, ou seja, esteve em consulta pública, foi aprovado em Câmara, voltou à consulta pública, voltou a ser aprovado em Câmara e agora está para aprovação para após publicação em diário da república ser aplicado.-----

O que pretende? Pretende regular a utilização do serviço de transportes de passageiros na Câmara, nomeadamente a “Urbana” ou qualquer outra viatura, autocarro ou carrinha, que se coloque ao dispor da população. Até agora não tínhamos este regulamento e tínhamos alguma dificuldade, designadamente quando se

tratava de transporte de cidadãos não estudantes. O que se pretende basicamente com este regulamento é permitir que a Câmara decida e que possa partilhar o mesmo transporte com estudantes e com outras pessoas, sendo que, em tempo de aulas o estudante é sempre prioritário. Até ao momento, se passasse um autocarro pela Aldeia dos Fernandes, Rosário, Santa Cruz ou outra localidade, com estudantes não podíamos transportar alguém que não fosse estudante, pois não tínhamos esta capacidade regulamentada. A partir de agora, e se for aprovado, os transportes podem ser utilizados por qualquer pessoa. -----

Continuando, o **Presidente da Assembleia** no âmbito deste ponto abriu as inscrições para intervenções, tendo-se inscrito os deputados José Guerreiro e Luís Martins. -----

De acordo com a ordem da inscrição o Presidente da Assembleia deu a palavra ao deputado **José Guerreiro**, que começou por pressupor que vem um autocarro, por exemplo, do Rosário de 20 lugares e estão lá à espera 25 pessoas. Os estudantes entram e ainda há lá mais pessoas que querem vir, e podem vir, mas se o autocarro só tem 20 lugares, se entrarem 10 estudantes e tiverem lá mais 15 pessoas, porque é dia de feira ou vêm a um funeral, então o quê que acontece? Vem a Almodôvar e vai outra vez buscar os outros 5 ou ficam 5 pessoas apeadas? Como é que funciona? -----

Em resposta, o **Presidente da Câmara**, disse que se o próprio fosse o motorista trazia os estudantes e os primeiros 10 vinham e voltava atrás para ir buscar os restantes 5, desde que informasse o seu superior hierárquico e este o autorizasse. -

Não sendo o motorista, como um cidadão normal, pensa que é melhor trazer 10 do que não poder trazer nenhum, no entanto, se essa condição acontecer e se falamos do Rosário, estamos a falar de uma viagem de 10 ou 15 minutos para chegar ao centro da vila e voltar. -----

A regra não está estipulada nesses detalhes todos, poderia eventualmente estar para contemplar tudo, no entanto, a prioridade são os estudantes a seguir quem chegou primeiro entra e quem não chegou primeiro terá que esperar e o motorista terá o bom senso de ligar a quem achar que hierarquicamente está em primeiro lugar e perguntar o que deve de fazer, porque eventualmente poderá haver uma viatura próxima que passe lá, será uma questão de bom senso. -----

O **Presidente da Assembleia** atentou para o facto de os Regulamentos terem um artigo para os casos omissos, que mediante deliberação, caberão aqui todas as dúvidas que possam surgir. -----

Prosseguindo, tomou a palavra, o deputado **Luís Martins** que referiu que, salvo erro, no momento atual o único transporte urbano de passageiros que é feito pelo município de Almodôvar é a urbana na vila de Almodôvar e o transporte escolar do Rosário. Efetivamente em Almodôvar esse problema não se colocará pois as carreiras passam com intervalos muito curtos e o horário é público. Nos outros casos, também deveria haver um horário público para as pessoas dessas áreas, que vão estar

abrangidas, Rosário, Porteirinhos, Monte dos Mestres, também saberem. Fazer publicitação destas informações nesses locais, visto que não irão fazer concorrência a nenhuma das empresas de transportes que operem nessa área e caso isso aconteça temos que ver a possibilidade se estamos a cumprir com todas as regras da concorrência.-----

O **Presidente da Câmara**, referiu que o deputado Luís Martins levantou uma boa questão e é necessário esclarecer. A Câmara neste momento não pode fazer transporte público de passageiros porque está consignado à Rodoviária do Alentejo, mesmo nos locais onde eles não fazem serviço. Para a Câmara fazer transporte temos de ter a autorização deles porque podem querer fazer a carreira, podem não o fazer agora e acharem que por nós o queremos fazer, também querer. -----

O que o regulamento vai permitir é precisamente aquilo que o deputado José Guerreiro estava há bocadinho a questionar. Caso nós façamos o transporte de estudantes e existam pessoas para trazer, a Câmara as possa trazer também, dentro da localidade de Almodôvar, permitir que se faça o transporte regular de passageiros mas, há aqui uma nuance que não foi falada, por não haver necessidade mas que agora poderá haver face a esta questão. -----

Ontem saíram cerca de 12 ou 14 diplomas setoriais de competências, as Câmaras no próximo ano e seguintes são praticamente obrigadas a decidir, e vai ter que vir aqui as competências que vamos assumir. A competência dos transportes é uma delas, ou seja, a partir do fim do ano 2019, princípio de 2020, estaremos com o “menino nas mãos”, estaremos com os transportes de São Barnabé, Rosário, Aldeia, Graça, Semblana, Porteirinhos, Santa Cruz, ou seja, estaremos com os transportes todos. Ou fazemo-los ou damo-los para ir a concurso público para uma empresa os fazer. Naturalmente que haverá transportes que nenhuma empresa quer fazer, por exemplo, não querem fazer uma carreira diária a Santa Cruz, pois se calhar, têm só uma pessoa que vem uma vez por dia, ou tem de dar uma volta por São Barnabé, etc. e levam 3 horas a chegar, ninguém quer vir nesse transporte. Nós vamos ter aqui o “menino nas mãos” o menino que até é chorão. -----

Isto no fundo já é permitir que de um momento para o outro nós possamos decidir se utilizamos o nosso autocarro também para esse fim ou não. Não é esse o objetivo principal mas já está regulado. A questão básica disto tudo é que temos de estar preparados com este regulamento para o alterar quando for necessário para poder precisamente suportar essa competência e a competência dos transportes está aí para o ano que vem. Na CIMBAL já estamos a trabalhar no concurso público com as indicações de cada município, para podermos lançar o concurso público para os transportes a partir de 2021, portanto, estamos a colocar o 2019 e 2020 como experimental e em 2021 entra a 100%. -----

Só para terem a noção que este Regulamento no fundo é já quase um pré Regulamento, uma preparação para chegar lá. -----

Prosseguindo, o Presidente da Assembleia colocou a matéria à votação, tendo a Assembleia, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, **por unanimidade**, com 21 votos a favor

(PS,PSD), **deliberado, aprovar a versão final** do Regulamento Municipal de Transporte Urbano de Passageiros. -----

**C.7 - APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A ALTERAÇÃO AO ANEXO I DO CONTRATO DE CONCESSÃO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO E A EDP:** -----

O **Presidente da Assembleia** apresentou a Proposta n.º 154/PRESIDENTE/2018, referindo que se trata de pequenos ajustes que tiveram de ser feitos neste contrato de concessão. Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara solicitou-lhe que explicasse essencialmente onde foram feitos esses ajustes. -----

O **Presidente da Câmara** disse que de uma maneira muito simples vai tentar explicar. A Câmara tem um contrato de concessão com a EDP, em que a EDP nos fornece energia e nós pagamos pela energia e eles pagam-nos pelo espaço, pelas infraestruturas, etc., há dinheiro a receber e a pagar. Este Contrato tem uma serie de anexos e um deles teve de ser alterado recentemente porque estava desatualizado em relação às novas tecnologias. O contrato inicial não continha as especificações das lâmpadas led, nem dos candeeiros, nem dos braços, uma serie de inovações que a EDP fez questão de implementar. Houve algumas tentativas e em 2017 até levaram à Câmara e reprovaram essa alteração unanimemente porque, estavam a tentar de alguma maneira impingir as lâmpadas ou a tecnologia que queriam às Câmaras. Isto tem a apreciação favorável da Associação Nacional de Municípios, alguns municípios aderiram, outros não aderiram, e agora chegou-se à conclusão que o anexo I, especificamente um dos pontos do anexo I, tinha de ser alterado. Foi alterado, temos a confirmação da alteração de que podemos utilizar qualquer marca, não só as marcas vendidas pela EDP mas qualquer marca que o município escolha. Nós trabalhamos com a chowder, em Almodôvar todos os candeeiros led que vocês vêm são chowder e podemos utilizar qualquer marca desde que as características cumpram o que está no anexo I. -----

Basicamente o que vamos aqui aprovar é a aceitação do município a esta alteração ao contrato inicial. -----

Não se tendo registado pedidos de intervenção sobre o assunto, o Presidente da Assembleia colocou à votação a PROPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE RELATIVA À ALTERAÇÃO AO ANEXO I DO CONTRATO DE CONCESSÃO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO E A EDP, tendo a Assembleia, **por unanimidade**, com 21 votos a favor (PS/PSD), **deliberado:** -----  
**Aprovar**, a proposta de **alteração ao Anexo I ao Contrato de Concessão** celebrado em 15 de novembro de 2001 entre o Município de Almodôvar e a EDP Distribuição – Energia, S.A., na parte respeitante ao estabelecimento de redes de iluminação públicas e respetivos encargos. -----

**C.8 - CONHECIMENTO SOBRE A ATUALIZAÇÃO DAS TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS CONSTANTES NA TABELA ANEXA AO REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS, PARA VIGORAR NO ANO ECONÓMICO DE 2019:** -----

O **Presidente da Assembleia** introduziu o tema e referiu que é de simples compreensão e tal como consta na informação estas taxas, deverão se atualizados anualmente. -----

Continuando, o **Presidente da Assembleia** questionou o Presidente da Câmara se pretendia fazer algum esclarecimento. -----

O **Presidente da Câmara** referiu que como já teve oportunidade de referir que esta atualização é automática, com a taxa de atualização de INE a 12 meses que este ano é de 1,4%, todas as taxas e preços da tabela da Câmara refletem depois esta subida. No fundo trata-se de informar esta Assembleia que as taxas municipais estão todas atualizadas com base nos 1,4% do Instituto Nacional de Estatística. -----

A **Assembleia tomou conhecimento da atualização da Tabela de Taxas** que deverá acompanhar a proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2019, para, em conjunto, vigorarem a partir do dia 02.JAN.2019; - -----

**C.9 - CONHECIMENTO DO ADITAMENTO AO CONTRATO DE CRÉDITO CELEBRADO COM O BANCO BPI, S.A.:** -----

O **Presidente da Assembleia** introduziu o tema e **solicitou ao** Presidente da Câmara que aclarasse esta questão.-----

O **Presidente da Câmara** começou por dizer que já se falou aqui hoje neste contrato. Há pouco, um dos deputados mencionou, que os valores inerentes a este contrato não deveriam constar nas Grandes Opções do Plano, porque não temos ainda o “Visto” do Tribunal de Contas. Pessoalmente discorda e está aqui porque a mandou colocar pois se existe contrato assinado, se existem compromissos feitos, só nos falta o “visto” seria irregular não cumprir com o que está contratualizado. Não discute a questão regulamentar ou legislativa, assume que está aqui porque a mandou colocar. -----

Nós fizemos um empréstimo, aprovado nesta assembleia, de cerca de 3 milhões e meio, só podemos utilizar 20% dessa capacidade de endividamento em cada ano, no entanto, naturalmente que o empréstimo foi regulado e dentro desses 20% que o Tribunal de Contas nos permite como já temos o lising do autocarro também com o “visto”, que chegou ontem, nós temos aqui um máximo de crédito de 1 milhão e 760 mil euros para este ano económico, chega-nos perfeitamente bem, são praticamente os projetos que queremos lançar no próximo ano e fizemos então um aditamento ao contrato. -----

Em vez de fazer um contrato com o BPI para três milhões e meio, números redondos, fizemos um contrato para 1 milhão 760 mil euros, inclui a aquisição do terreno em Gomes Aires, construção da plataforma empresarial de Gomes Aires, criação de espaço creche infantil, intervenção urbanística na EN2 do Rosário e requalificação urbanística do Bairro da Misericórdia. Retiramos deste empréstimo a Corte Zorrinho e vamos tentar naturalmente fazê-la, a Corte Zorrinho e outros projetos com outros fundos que nos surjam. O total dá 1 milhão, 760 mil euros e queríamos informar a assembleia que houve este aditamento, ou esta adenda, ou esta revisão de contrato e que foi assinado há duas semanas. -----



Continuando, o **Presidente da Assembleia** no âmbito deste ponto abriu as inscrições para intervenções, tendo-se inscrito os Senhores deputados Andreia Guerreiro, Luís Martins e José Guerreiro. -----

De acordo com a ordem da inscrição o Presidente da Assembleia deu a palavra à **deputada Andreia Guerreiro**, que proferiu o seguinte: A Lei n.º 75/2013 que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais no seu art.º 25.º que se refere às competências de apreciação e fiscalização da Assembleia Municipal no n.º 1 alínea f) é explícita quando refere “Autorizar a contratação de empréstimos”. -----

Nesta Assembleia Municipal votou-se e aprovou-se um empréstimo de 3 milhões e 560 mil euros, mesmo quando os seus pressupostos de seleção da entidade bancária foram danosos para os contribuintes, pois se bem se recordam lesavam-nos a todos em mais 29.870 euros do que a outra proposta apresentada. Contudo, como em tudo, passou porque a maioria assim o entendeu. Agora somos surpreendidos com este ponto da ordem de trabalhos que simplesmente visa dar conhecimento do aditamento ao contrato de crédito celebrado com o banco BPI SA como se fosse um processo perfeitamente normal. -----

Ora, eu não sou especialista nas leis nem na sua interpretação, contudo quando olho para este aditamento observo que os pressupostos aprovados nesta Assembleia Municipal foram substancialmente alterados já que, para além da alteração ao valor final, são alterados também os projetos considerados prioritários e que faziam parte integrante da verba anteriormente aprovada. Para além disto, que já é importante o suficiente por si a preocupação em termos de análise direcionado para os documentos da bancada do PSD deveria ser também extensível a todos os documentos que são entregues, pois pelos vistos estamos aqui todos a ter conhecimento de um documento que contem uma imprecisão que nos parece bastante preocupante. -----

Para os menos atentos a este tipo de documentos na cláusula 1.ª refere-se que para além da redução do valor, ambas as partes acordam em eliminar alguns investimentos, certo. -----

A 1.ª questão que me salta e gostaria de ver respondida pelo Senhor Presidente é o porquê da escolha destes investimentos. -----

Depois refere-se que a Requalificação Urbanística do Bairro da Misericórdia é um desses investimentos. Até aqui tudo normal, contudo, quando chegamos ao ponto 3 destaca-se e passo a citar para não haver depois problemas, “em consequência do disposto nas alíneas i) e ii) do anterior n.º 1 o quadro constante do anexo II ao contrato é substituído pelo quadro constante do anexo B ao presente instrumento”. Ora quando vamos consultar o anexo B deparamo-nos com a Requalificação Urbanística do Bairro da Misericórdia que supostamente tinha sido no quadro anterior, um dos investimentos eliminados. Como é que ficamos? -----

Nova pergunta, o que é que acontece à Requalificação Urbanística do Campo das Eiras que não aparece em lado nenhum e que tinha um investimento previsto de 500 mil euros. Mas há mais, pois o mesmo erro é transposto para as Grandes Opções do Plano onde aparece Requalificação Urbanística do Bairro Da Misericórdia. Afinal volto a perguntar como é que ficamos? Da parte da bancada do PSD

pensamos que esta é uma situação que deve ser explicada e corrigida e apelamos, à Mesa desta Assembleia, que a bem do rigor das matérias apresentadas, em especial estas que lidam com o dinheiro de todos os contribuintes, se retire este documento da ordem de trabalhos, para que o mesmo seja devidamente corrigido e que baixe a esta Assembleia novamente para que os novos pressupostos sejam votados, porque a bem da verdade baixa à votação uma alteração ao contrato da EDP e depois um documento como este incompreensivelmente vem só para conhecimento. -----

Em resposta, o **Presidente da Câmara**, disse que naturalmente que esta Assembleia já aprovou um empréstimo de 3.560 mil euros. -----

Se estamos a reduzir de 3 milhões e 560 mil euros para 1 milhão e 760 mil euros, pensa que os Senhores Deputados também aprovarão. O porquê destes investimentos? Porque são os projetos que temos já prontos ou quase prontos, e para usufruir ou reiniciar mais rapidamente a aplicação ou execução dos mesmos. Por exemplo o Bairro Das Eiras é um projeto que ainda está a ser trabalhado, ainda está numa fase que não é o projeto final, mas sim o projeto de execução, assim como a Estrada da Aldeia dos Fernandes, e outros que surgirão no decorrer do ano 2019. Enquanto projeto, o da Misericórdia está pronto para lançar, o Rosário está pronto para lançar, a área de acolhimento empresarial de Gomes Aires está praticamente pronto, já foi candidatado e estamos à espera da resposta da candidatura. Portanto todos estes projetos têm viabilidade, para caso tenhamos o dinheiro do banco, a partir do dia 2 de janeiro eles possam ser lançados em concurso público, com exceção da área de acolhimento empresarial que ainda é necessário obter um visto da CCCR para alteração do PDM na zona. Logo, todos os Senhores deputados conhecem as razões, todos eles são projetos, os que estão aqui mencionados estão prontos para iniciar é uma questão de mais mês menos mês, daí esta escolha. -----

Aquilo que a Senhora Deputada diz em relação a esse lapso, de fato foi detetado e houve depois uma adenda enviada pelas nossas técnicas para corrigi-lo, no entanto o lapso foi o de mencionar uma obra incorretamente, foi um erro retirar uma alínea que não devia ter sido retirada, foi depois posteriormente informado e até pensou que o email constava no processo. Há um email enviado precisamente a pedir desculpa, está retificado não há motivo para preocupação. -----

Sobre a questão de retirar da ordem do dia, discorda completamente, pois pensa que existe aqui uma tentativa de atrasar o processo e não de clarificar, uma vez que, está clarificado. Existe uma tentativa nítida de atrasar o processo e não há necessidade porque se está a falar de um empréstimo aprovado, aprovado pelo banco, aprovado pela Câmara, aprovado pela Assembleia, se já deu entrada no Tribunal de Contas e só está à espera de “visto”. Até porque o Tribunal de Contas vai pedindo de vez em quando mais documentos, porque é uma entidade reguladora, não há necessidade nenhuma de estar aqui a retirar processo, porque a nossa obrigação é informar a Assembleia. A Assembleia neste momento está informada, a lei assim diz, a Senhora Deputada leu, e muito bem, a Lei n.º 75/2013 deveria

também ter lido a Lei n.º 73/2013 no parâmetro do POCAL que diz que é da competência do Presidente da Câmara definir, depois do empréstimo estar decidido em Assembleia, alterar ou não os pressupostos do empréstimo em termos de utilização, podia utilizar mais dinheiro no mesmo e menos noutra, isso é da competência da Câmara. -----

Temos dois anos de carência neste empréstimo, portanto dentro deste prazo, nós utilizamos a verba que acharmos necessária, pois é uma competência da Câmara que nos favorece em termos de POCAL, a Lei n.º 73/2013 e a Lei n.º 75/2013, em termos de competências do Presidente, são as que esta Assembleia na 1.ª sessão lhe deu. Deu-lhe competências para decidir, nomeadamente, competências da Câmara que passaram praticamente todas, art.º 35.º, para a competência do Presidente da Câmara. Nesse sentido não vê razão para retirar uma coisa da ordem do dia, quando nem sequer ela é submetida à votação mas sim, a informação. Caso os Senhores Deputados optem por essa situação considero então o projeto informado. --

O **Presidente da Assembleia** agradeceu ao Presidente da Câmara pelo seu esclarecimento e a preocupação da Senhora Deputada Andreia Guerreiro. Depois da deliberação, a Mesa decidiu que não irão retirar nada da ordem de trabalhos. -----

É com alguma mágoa que vê sair algumas das obras, pois gostaríamos que elas fossem feitas pelas informações precisas e corretas que lhe foram dadas, mas sabemos que devido aos mecanismos decorrentes da lei é necessário fazer ajustes. Foi-lhe garantido com toda a confiança que aquelas obras poderão não avançar agora mas, não ficam esquecidas. Elas não vão ficar de lado, irão ser executadas de acordo com aquilo que estava inicialmente previsto. A decisão de retirar umas e manter outras é uma decisão política, é uma decisão que o executivo camarário assumiu. Aprovamos nesta Assembleia as obras que eram para fazer e depois da garantia que lhe foi dada, só tem que confiar em quem lhe deu essa informação. É uma decisão política, depois os almodovarenses julgarão aquilo que tiverem de julgar, mas claro, não irão retirar este ponto da ordem do dia. -----

Continuando, tomou a palavra, o **deputado Luís Martins** para dizer que não corrobora com as posições apresentadas pela deputada do PSD. -----

Referiu que efetivamente, os projetos que estão incluídos no financiamento do contrato de crédito, que tinham sido anteriormente aprovados nesta Assembleia, com esta alteração ou sem ela, a realização desses investimentos podia ocorrer ou não, nada o obrigava. -----

O município tinha à disposição 3 milhões e 560 mil euros para usar naqueles investimentos que constavam no contrato, este valor do contrato no total não podia ser contratado, pois o máximo seria de 1 milhão e 760 mil euros e o que se fez foi reduzir o valor do contrato. -----

É um valor inferior, não superior, pelo que não vai colocar em causa a situação económica da autarquia. Aliás, os projetos que vão ser feitos já constavam, não está aqui nada de novo, estão aqui projetos com a mesma dotação que estavam antes, ou seja, houve uma opção política. Por isso não vê necessidade de se retirar este documento da ordem de trabalhos e nem acha que exista aqui nada além do que

uma opção política do executivo que os almodovarenses daqui a 3 anos irão, nas urnas, depois avaliar se foi bem feito ou não, se as obras que foram feitas eram as prioritárias para o concelho ou não, aí é que será feita essa avaliação. É 1 milhão e 760 mil euros que estão nas obras que anteriormente já estavam aprovadas com as mesmas dotações, não acho que exista aqui qualquer problema, esta é a sua interpretação, não é interpretação de sua bancada. -----

O Presidente da Assembleia deu novamente a palavra à **deputada Andreia Guerreiro** que quis explicar que está a haver alguma confusão na interpretação daquilo que disse. De fato houve uma redução, já não se vai utilizar até 3 milhões e 560 mil euros mas sim no máximo até 1 milhão e 760 mil euros. Houve também uma decisão e não põem em causa se é correta ou errada, pois se o executivo quer dar prioridades a uns investimentos ou quer dar prioridades a outros, é porque ele com certeza saberá as razões. As pessoas depois avaliarão aquelas que são as oportunidades, ninguém pôs aqui isso em causa. O que se pôs em causa é que o documento não está bem produzido, os pressupostos foram alterados do contrato porque nós todos aqui votamos determinados investimentos, determinado montante e isso foi alterado. A bem do rigor, penso que de fato este documento deveria ser revisto e nós todos deveríamos ter estado aqui perante um documento correto, é só isso. -----

Afinal Senhor Presidente, a Requalificação do Bairro da Misericórdia fica ou sai? Se fica aqui continua como sendo eliminada. -----

O **Presidente da Assembleia** agradeceu as intervenções e só para rematar este assunto, disse que tem plena confiança em quem lhe prestou a informação que as obras não estarão em causa e que poderão ser adiadas por algum tempo. Provavelmente muitos podem calcular o que lhe custa ver algumas das obras adiadas por mais algum tempo, até pelos laços que lá o ligam, mas foi-lhe dada a garantia e tem que confiar, que as mesmas irão ser feitas mais tarde e como diz o ditado “mais vale tarde do que nunca”. -----

O **Presidente da Câmara** para esclarecimento referiu que se lerem o contrato este refere “até ao montante de ...” e dentro deste montante, desde 1 euro até 3 milhões e 560 mil euros está na nossa autonomia de decisão. Só para terem essa clarificação processual e jurídica, para não sentirem que esta matéria está irregular. Foi detetado o lapso e está tudo corrigido. -----

No final da sessão, já fora da discussão deste ponto o **deputado José Guerreiro** pediu que o desculpassem e disse que lhe parecia que ficou uma coisa por esclarecer ou mal esclarecida. O que a sua colega Andreia quis dizer é que nas alíneas que estão a eliminar os investimentos diz, Requalificação Urbanística do Bairro da Misericórdia onde devia dizer Bairro das Eiras porque a seguir naquelas que ficam está lá outra vez a Misericórdia, é isto só, a decisão pode ser do Senhor Presidente. -----

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento do documento em apreço.** -----

**C.10 - CONHECIMENTO DA LISTAGEM DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS, NO ÂMBITO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DOS MESMOS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA LEI N.º 8/2012, DE 28 DE FEVEREIRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO:-----**

O **Presidente da Assembleia** introduziu a matéria e apresentou a Informação n.º 45/GAF 2018, exarada em 05 de novembro de 2018, pelo Gabinete de Apoio às Freguesias, cujo teor, se transcreve: -----

**“Informação n.º 45/GAF 2018-----**

*Assunto: Listagem dos Compromissos Plurianuais Assumidos e a Assumir a partir de 01 de setembro de 2018 até ao dia 31 de outubro de 2018 (Proposta n.º 045/PRESIDENTE/2017, de 05 de dezembro) -----*

***1 - Introdução -----***

*1. Na sequência da aprovação da Proposta n.º 045/PRESIDENTE/2017, de 14 de dezembro, por deliberação da Câmara Municipal, na sua reunião de 06 de dezembro de 2017, e da Assembleia Municipal, na sua Sessão de 28 de dezembro de 2017, foi emitida autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, nas seguintes condições: -----*

*a) Sejam compromissos que resultem de projetos ou ações de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano e Orçamento;-----*

*b) Os respetivos encargos não excedam o limite de 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de 3 anos.-----*

*2. Considerando que o Oficial Público do Município se encontra ausente por motivo de férias, afigura-se-nos, salvo melhor opinião, de que a presente informação deveria ser efetuada pela técnica superior, Laura Guerreiro, conforme o Despacho n.º 21/PRESIDENTE/2017 de 07 de novembro. -----*

*3. Assim, e em conformidade com a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas), regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho (Normas Legais Disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), ambos na sua atual redação, apresenta-se a presente informação sobre compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da referida autorização, desde 01 de setembro de 2018 até ao dia 31 de outubro de 2018. -----*

Contrato	Assinatura do Contrato	Procedimento Pré-contratual	Objeto do contrato	Adjudicatário	Valor do Contrato	Início	Conclusão	Duração
Contrato n.º 50/2018	21-09-2018	AD 59/2018	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS — CONTRATAÇÃO DE UM TÉCNICO SUPERIOR NA ÁREA DO DESPORTO, PELO PERÍODO DE 7 MESES, NA MODALIDADE DO AVENÇA	Bruno Miguel Ruas Canário	12.810,00€	21-09-2018	20-04-2019	212d
Contrato n.º 51/2018	25-09-2018	AD 50/2018	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES FIXAS DE VOZ E INTERNET	MEO - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES MULTIMÉDIA,	19.990,00€	25-09-2018	24-09-2019	360d

ATA N.º 07 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2018  
QUADRIÉNIO 2017-2021

			SOBRE FIBRA ÓTICA	S.A.				
Contrato n.º 52/2018	27-09-2018	AD 60/2018	Aquisição de serviços — prestação de serviços na modalidade de avença com vista ao exercício de funções de técnico animador de GIP - gabinete de inserção profissional de Almodôvar, pelo período de 12 meses	Cidália Maria Mestre Guerreiro	10.293,60 €	01-10-2018	33-09-2019	365d
Contrato n.º 53/2018	02-10-2018	AD 62/2018	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS — PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA MODALIDADE DE AVENÇA COM VISTA AO EXERCÍCIO DE FUNÇÕES DE UM TÉCNICO SUPERIOR NA ÁREA DE ARQUITETURA, PELO PERÍODO DE 4 MESES	Helena Maria Oliveira Passos	7.320,00 €	03-10-2018	30-01-2019	120d
Contrato n.º 54/2018	10-10-2018	CPR 39/2018	AQUISIÇÃO DE BENS - FORNECIMENTO DE 45 TONELADAS DE GÁS PROPANO A GRANEL	Repsol Gás Portugal S.A.	41.559,30 €	11-10-2018	10-10-2019	365d

**Contratos não reduzidos a escrito - DAF**

Procedimento Pré-contratual	Objeto do contrato	Adjudicatário	Valor do Contrato	Início	Conclusão	Duração
Req. 1686	PURIFICADOR DE ÁGUA	JET COOLER - Aguas e Cafés, S.A.	221,40 €	04-10-2018	03-10-2018	

**Contratos não reduzidos a escrito - DOSUGT**

*Não foi dado conhecimento a este Gabinete Jurídico da assunção de qualquer compromisso plurianual*-----

**II – Proposta de decisão:**-----

*Face ao supra exposto, propõe-se que a presente informação seja submetida à apreciação dos órgãos municipais.*-----

*Salvo melhor opinião, é este o nosso parecer, que submetemos a decisão.*”-----

Continuando, o **Presidente da Assembleia** sublinhou que este ponto é precisamente aquele que decorre da Proposta que foi aprovada no ponto C3 desta sessão, em que a Assembleia Municipal aprovou autorizar a Assunção de Compromissos Plurianuais pela Câmara, isto é, a Assembleia autoriza a Câmara a fazer determinados compromissos e a Câmara por sua vez tem que dar conta dos compromissos que foram assumidos. Continuando deu a palavra ao Presidente da Câmara para fazer os esclarecimentos que julgar necessários sobre esta matéria. --

O **Presidente da Câmara** explicou que são aqueles compromissos que a Câmara tem e que passam de um ano fiscal para o próximo ano. No caso concreto estamos a falar de 5 contratos, nomeadamente, Repsol – gás, uma Arquiteta, uma colaboradora do GIP, serviços MEO – telefones e um Professor de Educação Física. São contratos que fizeram e que passam para o seguinte ano fiscal, nomeadamente,

com a autorização que lhes deram dos 99 mil euros. Fala-se aqui de contratos de pequena monta. -----

Avançando, o **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para intervenções, não se tendo verificado quaisquer pedidos de inscrição. -----

**A Assembleia Municipal** tomou conhecimento do documento em apreço. -----

**C.11- APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ART.º 25.º, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO E DO ARTIGO 37.º DO REGIMENTO:** -----

O **Presidente da Assembleia** disse que de acordo com o Regimento desta Assembleia em que cada sessão ordinária deverá constar uma informação escrita do Presidente da Câmara sobre a atividade do município e respetiva informação financeira. Esse documento foi entregue aos Senhores Deputados pelo que tiveram ocasião de o apreciar e analisar para poderem agora fazer as suas intervenções se julgarem por conveniente. Perguntou ao Presidente da Câmara se pretendia fazer uma intervenção inicial.-----

O **Presidente da Câmara** esclareceu que está ao dispor para alguma questão que queiram colocar, deste ou de outro assunto qualquer, pois não irá perder mais tempo a ler o documento. Referiu, que as reuniões que constam no documento são aquelas que julgou serem as importantes mencionar para as decisões e para os projetos presentes e futuros. -----

Continuando, o **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para intervenções. -

Não se tendo verificado quaisquer pedidos de intervenção, considerou o relatório de atividades apreciado. -----

**A Assembleia Municipal** apreciou os documentos em apreço.-----

**C.12 - APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA.** -----

O **Presidente da Assembleia** colocou à votação a minuta da ata da sessão, a qual contém as deliberações tomadas nas rubricas da Ordem do Dia, tendo a mesma sido **aprovada, por unanimidade**, com 21 votos a favor (PS,PSD). -----

**FECHO:** Finda a ordem de trabalhos, e nada mais havendo a tratar, nos termos do Regimento e da alínea c), do n.º 1, do art.º 30º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a sessão por encerrada, eram **zero horas e quinze minutos**, do dia **01 de dezembro de 2018**. -----

Para constar e para os fins consignados no n.º 1, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, se lavrou a presente ata da sessão. -----

**Os anexos à ata dão-se aqui como reproduzidos e ficam apensos ao presente livro de atas.** -----

E eu, **Vítor Manuel Vilhena Saleiro**, 1º secretário da mesa da Assembleia Municipal, a redigi e subscrevo. -----